



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

2º Trimestre de 2016



Fortaleza – Ceará
Setembro de 2016

IPECE INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho – Vice-Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Figueiredo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis – Diretor de Estudos Econômicos

IPECE Conjuntura – 2º Trimestre – abr.jun. de 2016

Equipe Técnica

Adriano Sarquis (Coordenação Geral)

Daniel Suliano (Coordenação Técnica)

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Cláudio André Gondim

José Freire Junior

Nicolino Trompieri Neto

Paulo Pontes

Witalo de Lima Paiva

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publica o **IPECE CONJUNTURA** – Boletim da Conjuntura Econômica Cearense, referente aos resultados do 2º trimestre de 2016.

Neste documento, são apresentadas análises do cenário econômico internacional e nacional, as quais serviram de parâmetros para essa reflexão sobre o desempenho da atividade econômica do Estado do Ceará no segundo trimestre do corrente ano.

O Boletim contempla uma série de seções envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo conjuntural da economia cearense a partir dos três grandes setores: agropecuária, indústria e serviços, tendo este último foco no comércio varejista (comum e ampliado). O Mercado de trabalho é analisado com base na PNAD contínua e o emprego formal. Comércio exterior e finanças públicas são outros tópicos em destaque no documento.

Paralelo à análise da conjuntura, uma última seção reserva espaço para reflexão sobre a efetividade das políticas de combate a pobreza no Ceará.

O Boletim **IPECE CONJUNTURA** procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo da economia cearense.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

1. PANORAMA INTERNACIONAL, 4

2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA, 6

3. ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO, 15

4. ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL, 16

4.1. Agropecuária, 16

4.2. Indústria, 20

4.3. Serviços (Comércio Varejista), 26

5. MERCADO DE TRABALHO, 33

5.1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 33

5.2. Emprego Formal, 36

6. COMÉRCIO EXTERIOR, 41

7. FINANÇAS PÚBLICAS, 46

8. CONSIDERAÇÕES GERAIS, 51

9. ARTIGO DE OPINIÃO, 55

Breves Reflexões Para a Maior Efetividade das Políticas de Combate à Pobreza no Ceará, 55

IPECE Conjuntura / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). – Fortaleza, CEARÁ.
ISSN 2357-7789

Economia Brasileira. Economia Cearense. Indústria.
Mercado de Trabalho. Finanças Públicas.
Fortaleza – Ceará

SUMÁRIO EXECUTIVO

- A estimativa de crescimento da economia mundial para o ano de 2016 é de, aproximadamente, 3,2%, taxa próxima à registrada para o ano de 2015, cujo crescimento foi de 3,1%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do *World Economic Outlook Update* de abril de 2016.
- Já a economia brasileira, registrou uma queda de 0,6% neste segundo trimestre de 2016, sendo a sexta retração consecutiva do PIB trimestral nacional. Ademais, não obstante a leve alta de 0,1% no quarto trimestre de 2014, desde o segundo trimestre daquele ano o PIB nacional tem apresentado uma série de quedas sucessivas.
- No segundo trimestre de 2016, com relação ao mesmo período de 2015, a economia cearense registrou recuo de 4,65%, apresentando novamente um desempenho negativo, similar ao registrado no segundo trimestre de 2015, com relação ao mesmo período de 2014, quando foi verificada uma queda de 5,69%.
- O setor agropecuário cearense está sofrendo drasticamente com o quinto ano consecutivo de seca, agravando ainda mais a situação hídrica. De fato, as chuvas do primeiro semestre de 2016 não foram suficientes para melhorar a capacidade dos reservatórios. As bacias hidrográficas cearenses, até o final do primeiro semestre de 2016, estavam com apenas 9,84% de nível de água.
- A indústria de transformação cearense voltou a registrar resultado negativo no segundo trimestre de 2016. Entre os meses de abril a junho, a atividade apresentou uma retração de 2,1%, alcançando o nono trimestre seguido de redução na produção, em um movimento que se repete desde os meses iniciais de 2014.
- Dados da PMC divulgada pelo IBGE revelam que o varejo nacional registrou queda de 7,1% e o varejo cearense queda de 7,4% no segundo trimestre do ano de 2016, o que sinaliza uma nítida piora dos resultados das vendas locais, principalmente quando comparado aos trimestres anteriores. Já o varejo ampliado apresentou um desempenho ainda pior com queda de 12,5% para o Ceará e 9,3% para o Brasil no mesmo período.
- No mercado de trabalho, por sua vez, a taxa de desemprego no Ceará continua em uma tendência crescente. Nesse primeiro trimestre de 2016 a taxa registrada foi de 11,5%.
- Como efeito de duas perdas trimestrais de postos de trabalho o acumulado do ano até junho registrou no país um fechamento de mais de meio milhão de vagas e no Ceará um fechamento de quase vinte e cinco mil postos de trabalho, com destaque na indústria de transformação.
- O grupo de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos obteve o maior valor de importação no segundo trimestre de 2016, atingindo o montante de US\$ 1.399 milhões, com uma participação de 83,54% do total das importações nesse período (crescimento de 1.341% em relação ao mesmo período do ano passado). Esse elevado aumento está relacionado ao funcionamento da Companhia Siderúrgica do Pecem (CSP).
- O fraco desempenho do Governo Federal, na arrecadação tributária de 2016, tem afetado negativamente as finanças públicas do Estado do Ceará, dado o menor volume de receitas transferidas para o Estado.

1 PANORAMA INTERNACIONAL

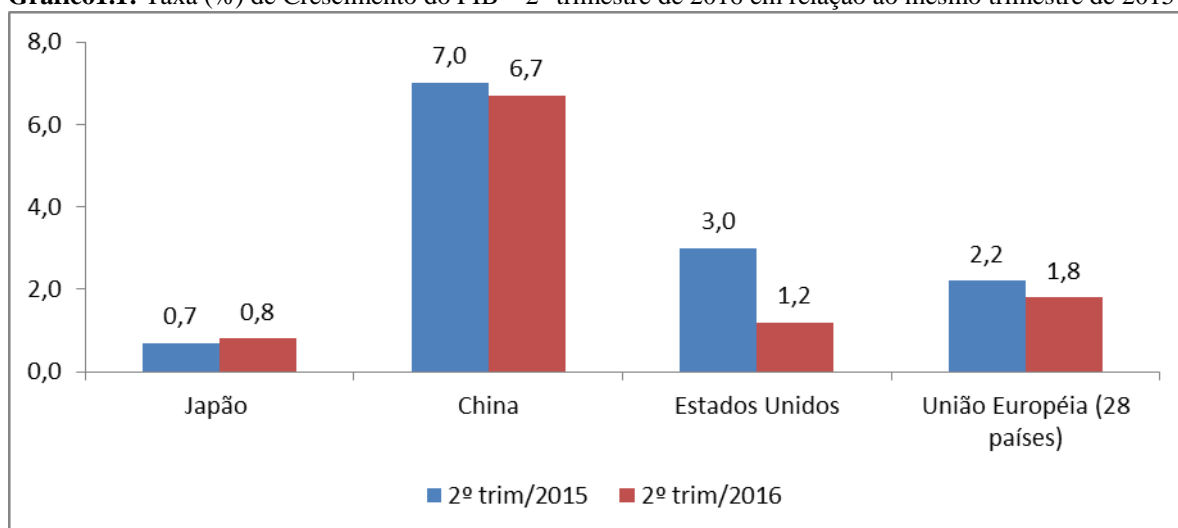
A estimativa de crescimento da economia mundial para o ano de 2016 é de, aproximadamente, 3,2%, taxa próxima à registrada para o ano de 2015, quando o crescimento foi de 3,1%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do World Economic Outlook Update de abril de 2016. Essa estimativa vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

A economia dos Estados Unidos (EUA), segundo dados da OCDE, apresentou uma desaceleração no primeiro semestre de 2016. Os declínios acentuados no investimento das empresas e na confiança dos consumidores indicam que os EUA e outras economias avançadas estão enfrentando a uma estagnação prolongada. O crescimento do PIB americano no segundo trimestre de 2016, com relação ao mesmo período de 2015, foi de 1,2%, bem menor do que o registrado no segundo trimestre de 2015, com relação ao mesmo período de 2014, quando registrou um crescimento de 3,0%. Ainda assim, dada essa desaceleração registrada, as taxas de inflação e desemprego permanecem baixas, levando a um crescimento do PIB dos Estados Unidos previsto para o ano de 2016 de 1,4%. Diante dessa conjuntura americana, o Federal Reserve (FED) decidiu não mudar as taxas de juros de referência, mantendo entre 0,25% e 0,50%, à espera da próxima reunião.

De acordo com os dados da OCDE, o crescimento de 1,8% do PIB da União Européia no segundo trimestre de 2016, com relação ao mesmo período de 2015, foi sustentado principalmente pelo aumento do emprego, embora o crescimento da produtividade tenha sido extremamente lento nos últimos trimestres, estabelecendo um limite sobre a velocidade da recuperação da recessão européia iniciada em 2011 e sobre potenciais aumentos salariais. Assim como a economia americana, a economia da União Européia também apresentou uma desaceleração quando comparado o crescimento do segundo trimestre de 2016, com relação ao mesmo período de 2015, quando registrou crescimento de 2,2%. Para os próximos trimestres, uma negociação do *Brexit* desordenada com o Reino Unido poderá causar fortes choques de incerteza política e econômica nos países da União Européia, aumentando a possibilidade de saída de outros países membros.

A economia da China, conforme dados da OCDE, apresentou estimativa de crescimento de 6,7% no segundo trimestre de 2016, com relação ao mesmo período de 2015. Embora esse resultado seja menor do que o registrado no segundo trimestre de 2015, que foi de 7,0%, ainda assim, foi considerado maior que o previsto. Esse crescimento foi atribuído principalmente ao setor de serviços, impulsionado pelo aumento da oferta de crédito, como forma de aumentar o consumo das famílias. A construção civil também contribuiu fortemente para esse crescimento, em decorrência da expansão do investimento público. Vale ressaltar que desde o ano passado o banco central chinês vem cortando sua taxa de juros, em um esforço para impulsionar a economia.

Gráfico1.1: Taxa (%) de Crescimento do PIB – 2º trimestre de 2016 em relação ao mesmo trimestre de 2015



Fonte: OECD. Elaboração: IPECE.

2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No segundo trimestre de 2016, o PIB do Brasil registrou contração de 3,8% em relação ao segundo trimestre de 2015 (Tabela 2.1), mantendo o mesmo ritmo de queda na comparação do segundo trimestre de 2015 com relação ao mesmo período do ano de 2014, quando foi verificado um decréscimo de 2,5%. No acumulado do primeiro semestre de 2016, em relação ao mesmo período de 2015, observa-se uma queda de 4,6%. Já para a taxa anualizada, onde se compara o crescimento dos últimos quatro trimestres em relação aos quatro imediatamente anteriores, registra-se um decréscimo de 4,9%.

Tabela 2.1: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades - Brasil - 2015 e 2º Trim. 2016 (*)

Setores e Atividades	2º Trim. 2015 (**)	2015	1º Trim. 2016 (**)	2º Trim. 2016 (**)	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	2,2	1,8	-3,7	-3,1	-3,4	-2,4
Indústria	-5,7	-6,2	-7,3	-3,0	-5,2	-6,3
Extrativa Mineral	8,2	4,9	-9,6	-4,9	-7,2	-3,6
Transformação	-8,1	-9,7	-10,5	-5,4	-8,0	-9,9
Construção Civil	-10,6	-7,6	-6,2	-2,2	-4,3	-5,0
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-1,6	-1,4	4,2	7,9	6,0	3,7
Serviços	-1,8	-2,7	-3,7	-3,3	-3,5	-3,6
Comércio	-7,1	-8,9	-10,7	-7,4	-9,0	-10,1
Transportes	-5,2	-6,5	-7,4	-6,5	-7,0	-7,7
Intermediação Financeira	0,1	0,2	-1,8	-3,3	-2,6	-1,3
Administração Pública	0,5	0,0	-0,8	-0,9	-0,8	-0,5
Outros Serviços	-2,0	-2,8	-3,4	-4,2	-3,8	-3,9
VA a preços básicos	-2,5	-3,3	-4,6	-3,3	-3,9	-4,2
PIB pm	-3,0	-3,8	-5,4	-3,8	-4,6	-4,9

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em relação aos Valores Adicionados dos setores, a Agropecuária registrou queda de 3,1% em relação a igual período do ano anterior. Este resultado pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho de alguns produtos da lavoura que possuem safra relevante no segundo trimestre e pela produtividade, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE - julho 2016), divulgado no mês de agosto de 2016. Com exceção do café, que apresentou crescimento na estimativa de produção anual de 11,2%, as demais culturas com safra neste trimestre registraram decréscimo na estimativa de produção anual e perda de

produtividade: milho (-20,5%), arroz (-14,7%), algodão (-11,9%), feijão (-9,1%) e soja (-0,9%).

O setor industrial, por sua vez, apresentou no segundo trimestre de 2016, em relação ao mesmo período de 2015, um decréscimo de 3,0%. Em relação às atividades que compõem a Indústria, para o mesmo período de análise, a Indústria de Transformação apresentou contração de 5,4%. O seu resultado foi influenciado pelo decréscimo da produção de máquinas e equipamentos; da indústria automotiva e outros equipamentos de transporte; produtos metalúrgicos; produtos de metal; artigos do vestuário; produtos do refino de petróleo e móveis. A Construção também apresentou redução no volume do valor adicionado: -2,2%. Já a Extrativa Mineral caiu 4,9%, puxada principalmente pela queda da extração de minérios ferrosos. A atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, por sua vez, registrou expansão de 7,9%, influenciada pelo desligamento de termelétricas no 3º trimestre de 2015 e nos 1º e 2º trimestres de 2016.

O valor adicionado de Serviços apresentou queda de 3,3% no segundo trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015. Esse fraco desempenho foi motivado, em grande parte, pela contração de 7,4% do Comércio (atacadista e varejista) e de 6,5% do Transporte, armazenagem e correio, puxado pelo decréscimo do transporte de carga e de passageiros. Também apresentaram resultados negativos as atividades de Outros Serviços (-4,2%), Serviços de informação (-3,7%), Intermediação financeira e seguros (-3,3%) e a Administração, saúde e educação pública (-0,9%).

Na Tabela 2.2, a seguir, estão disponíveis os resultados para o segundo trimestre do ano de 2016 tanto pela ótica da produção como pela ótica da demanda (grandes setores e absorção doméstica com setor externo, respectivamente). Adicionalmente, é observado o PIB a preços de mercado ao longo dos últimos cinco trimestres.

A queda de 0,6% neste segundo trimestre de 2016 representa a sexta consecutiva do PIB trimestral nacional. Ademais, não obstante a leve alta de 0,1% no quarto trimestre de 2014, desde o segundo trimestre daquele ano o PIB nacional tem apresentado uma série de quedas sucessivas. Na verdade, as retrações sucessivas nos segundo e terceiro trimestres do ano de 2014 já apontavam recessão técnica.

Dentro da ótica da oferta a Agropecuária e os Serviços apresentaram recuo de -2,0% e -0,8%, respectivamente. A Indústria apresentou uma leve alta de 0,3%. A queda de dois pontos percentuais do setor agropecuário resulta em parte dos choques negativos na produção agrícola por conta da estiagem.

Na indústria a leve alta resulta do desempenho positivo da indústria extrativa mineral e da eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana. A indústria de transformação mante-se estável. A manutenção do câmbio levemente depreciado não foi suficiente para alavancar o setor, o que mostra que os problemas estruturais do setor ainda persistem no crescimento da atividade. No entanto, a retomada de confiança dos empresários pode ainda alavancar taxas positivas nos próximos trimestres.

Com exceção da administração, saúde e educação pública e atividade imobiliárias que tiveram leve alta, transporte, armazenagem e correio, outros serviços, intermediação financeira e seguros, comércio e serviços de informação tiveram desempenho negativo. Tendo a maior participação na produção, o setor reflete os sinais da crise com alta taxa de desemprego, queda do salário real, inflação ainda persistente, endividamento elevado e carência de crédito.

Tabela 2.2: Taxa de crescimento do PIB Trimestral – Brasil (%)

		Com Ajuste Sazonal				
Descrição		2º Trim. (2015)	3º Trim. (2015)	4º Trim. (2015)	1º Trim. (2016)	2º Trim. (2016)
PIB a preços de mercado		-2,3	-1,5	-1,3	-0,4	-0,6
Ótica da oferta	Agropecuária	-3,6	-3,9	3,0	0,3	-2,0
	Indústria	-3,9	-1,7	-1,3	-0,3	0,3
	Serviços	-1,1	-1,0	-1,2	-0,4	-0,8
Ótica da Demanda	Consumo das famílias	-2,1	-1,6	-1,4	-1,3	-0,7
	Consumo do governo	0,4	0,2	-2,9	1,0	-0,5
	Formação bruta de capital fixo (FBKF)	-8,5	-3,8	-4,4	-1,6	0,4
	Exportações	4,2	-1,2	0,7	4,3	0,4
	Importações (-)	-10,2	-7,1	-4,5	-3,5	-4,5

Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: IPECE.

Sob a ótica da demanda, o destaque é para o crescimento da FBKF, que após dez trimestres consecutivos de queda apresentou crescimento de 0,4%. O ajuste da demanda pela absorção e pelo setor externo ainda permanece. De fato, enquanto o consumo das famílias e o consumo

sofreram retrações de -0,7% e -0,5%, respectivamente, as exportações tiveram uma leve alta de 0,4% e as importações queda de -4,5%.

O consumo das famílias apresentou sua sexta queda consecutiva por trimestre, refletindo a alta taxa do desemprego e do endividamento, sintomas que ainda persistirão dificultando a retomada do gasto em um horizonte de curto prazo. A estabilidade do ambiente político pode vir a permitir uma nova queda dos investimentos.

Por sua vez, as exportações, embora em menor grau, ainda respondem positivamente a depreciação do câmbio. Já as importações registraram a nona queda consecutiva, com recuo de -4,5%. As elevadas quedas das importações e a melhora das exportações revelam o gradual ajuste cíclico pelo setor externo.

Inflação e Taxa de Juros

O IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) em junho de 2016 registrou uma variação de 0,32%, ficando abaixo do registrado em abril (0,99%), e levemente menor que o Brasil (0,35%). Destaca-se que apenas Porto Alegre apresentou deflação, tendo Belo Horizonte registrado a maior variação nos preços para o mês (0,66%). No acumulado do ano, o IPCA da RMF encontra-se em 5,41%, em apenas seis meses e, portanto, acima da meta estabelecida pelo Banco Central de 4,5%, para o ano, além de ser a RM que está com maior variação acumulada do ano de 2016 até o momento, seguida por Porto Alegre (5,14%). As duas cidades são as únicas que ultrapassaram a casa dos 5%.

Com relação ao INPC, índice que capta as necessidades médias de consumo das famílias de menor poder aquisitivo, a RMF registrou, no mês de junho de 2016, variação de 0,18%, um pouco acima da metade do que foi registrado pelo IPCA. Juntamente com Curitiba, foi a segunda menor variação no país, atrás apenas da cidade de Porto Alegre (0,08%).

Em termos da variação acumulada do ano até junho de 2016, o INPC da RMF teve uma variação de 5,53%, ficando em segundo lugar, dentre as regiões pesquisadas que tiveram maior variação no INPC. A cidade de Salvador foi a que teve maior variação acumulada até junho de 2016 (5,60%). (Tabela 2.3).

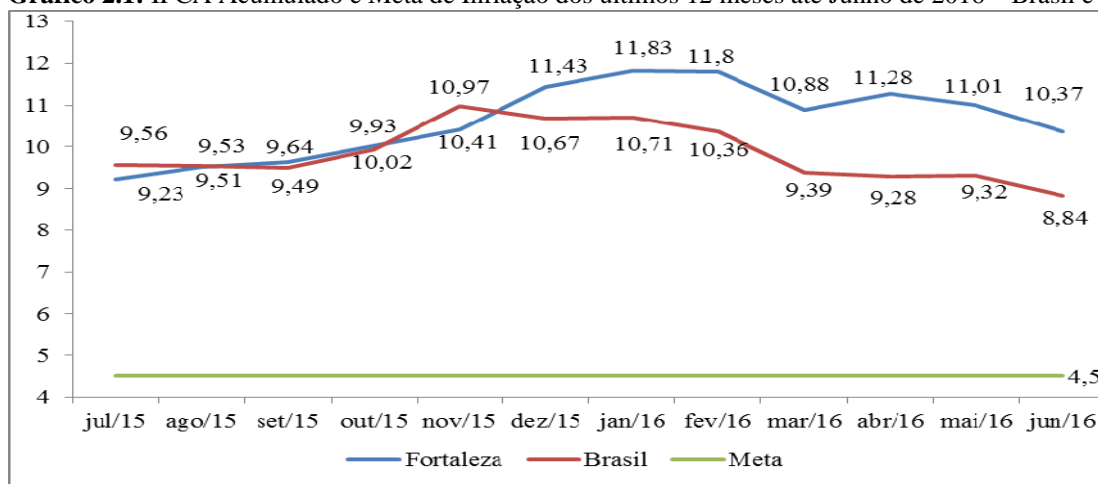
Tabela 2.3: IPCA/INPC – Junho e Acumulado no Ano Até Junho de 2016

Região	Variação (%)			
	IPCA		INPC	
	Junho (%)	Acumulado do ano (%)	Junho (%)	Acumulado do ano (%)
Belém	0,52	4,82	0,61	5,18
Recife	0,32	4,55	0,37	5,01
Salvador	0,33	4,82	0,49	5,60
São Paulo	0,41	4,27	0,65	5,30
Rio de Janeiro	0,38	4,46	0,36	5,23
Goiânia	0,39	3,81	0,56	4,04
Belo Horizonte	0,66	4,90	0,73	5,28
Porto Alegre	-0,02	5,14	0,08	5,52
Curitiba	0,09	3,64	0,18	4,02
Fortaleza	0,32	5,41	0,18	5,53
Brasília	0,11	2,76	0,28	2,99
Campo Grande	0,45	4,30	0,81	4,40
Vitória	0,32	3,18	0,42	4,05
Brasil	0,35	4,42	0,47	5,09

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O IPCA acumulado dos últimos doze meses, até junho de 2016 (Gráfico 2.1), revela que a RMF no mês de maio voltou a convergir para meta estipulada pelo Banco Central (4,5%), apesar de estar ainda muito distante, pois, em abril de 2016, havia tido um aumento. Observa-se, também, que a trajetória da RMF segue sempre acima do IPCA registrado no Brasil a partir de dezembro de 2015, continuando nesse comportamento até junho de 2016, o que configura a dificuldade que terão as políticas econômicas adotadas no curto e médio prazo para tentar trazer a inflação para o centro da meta.

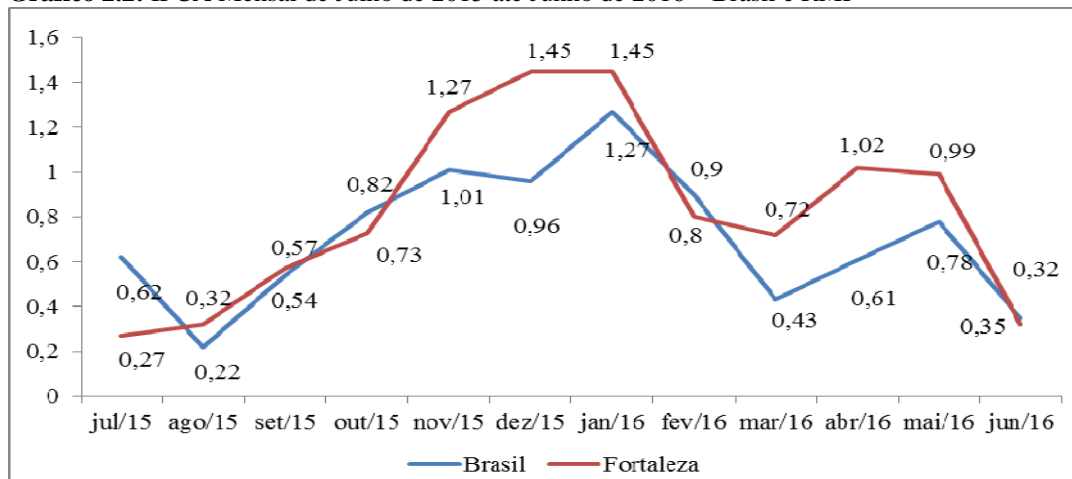
Adicionalmente, a RMF alcançou os dois dígitos na variação do IPCA a partir de outubro de 2015, permanecendo nessa situação nos primeiros seis meses de 2016, fato que certamente, prejudicou o nível de confiança dos agentes econômicos em relação ao futuro da economia. Já o Brasil continua com variação de um dígito no IPCA desde março de 2016.

Gráfico 2.1: IPCA Acumulado e Meta de Inflação dos últimos 12 meses até Junho de 2016 – Brasil e RMF

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A inflação mensal da RMF após janeiro de 2016 vinha apresentando variações inferiores a 1%, voltando novamente a esse patamar em abril de 2016, com uma leve queda em maio (0,99%), gerando grande volatilidade nas variações de preços já nos primeiros cinco meses de 2016. Ou seja, mesmo com o aprofundamento da recessão e o aumento do desemprego, a inflação continua resistente nos primeiros meses de 2016 e, portanto, dificilmente caminhará para o centro da meta durante os sete meses restantes do ano.

Em junho, o IPCA da RMF havia registrado uma variação de 0,32%, abaixo do que ocorreu com o Brasil, que teve uma variação de 0,35%. É a segunda vez no ano que a variação do IPCA da RMF fica abaixo do Brasil, tendo a primeira vez ocorrido em fevereiro de 2016, porém, com uma diferença maior, 0,8% para a RMF e 0,9% para o Brasil.

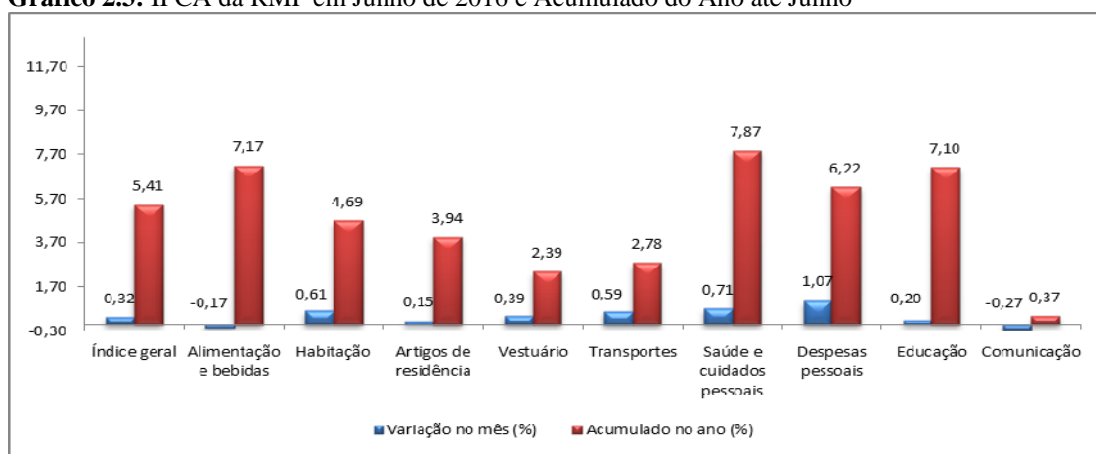
Gráfico 2.2: IPCA Mensal de Julho de 2015 até Junho de 2016 – Brasil e RMF

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Os Grupos Alimentação e Bebidas e Comunicação foram itens que sofreram deflação no mês de junho 2016 com -0,17% e -0,27%, respectivamente. No grupo de alimentação e bebidas, cabe destacar a alta variabilidade nos preços dos cereais e leguminosas que tiveram uma variação de 9,42%, a maior do grupo; já aves e ovos, que são importantes fontes proteicas, sofreu uma deflação (-4,10%). Porém, o subgrupo alimentação fora do domicílio sofreu uma variação de 0,86%, ou seja, ficou mais caro comer fora de casa no mês de junho.

Dos grupos que tiveram variação positiva no mês de junho, despesas pessoais foi o que teve maior variação para o mês (1,07%) vindo em seguida saúde e cuidados pessoais (0,71%). No caso deste último foi impulsionado, principalmente, por variações acima de 1% em itens como plano de saúde, serviços laboratoriais e serviços médicos e dentários. O grupo educação foi o que teve uma baixa variação para o mês de junho, em torno de 0,20%, influenciado, principalmente, por ausência de variação no subgrupo cursos regular (0%). Os dados estão resumidos no Gráfico 2.3, abaixo.

Gráfico 2.3: IPCA da RMF em Junho de 2016 e Acumulado do Ano até Junho



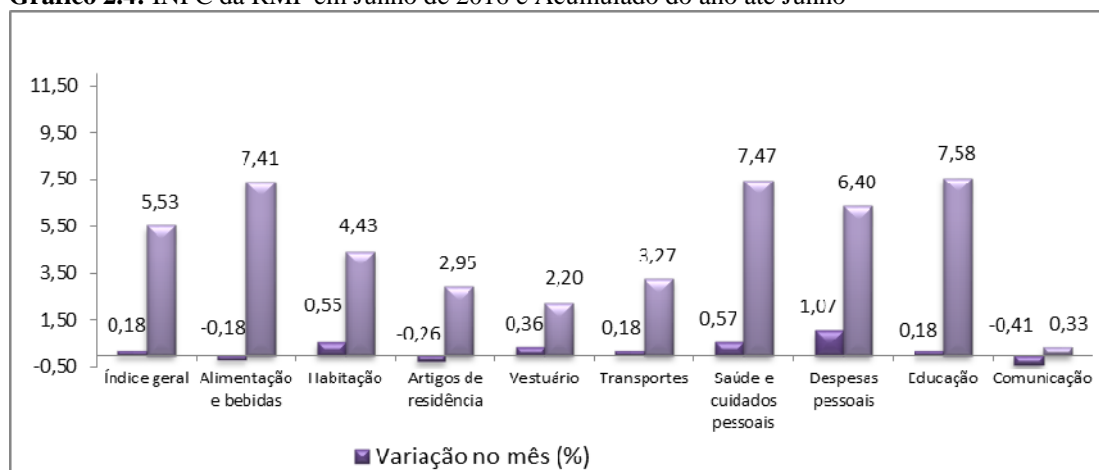
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 2.4 a seguir trata da variação do INPC no mês de junho e o acumulado do ano de 2016 até junho. Convém observar que o INPC abrange as famílias que recebem até cinco salários mínimos, portanto, famílias mais vulneráveis a variações nos preços. O grupo alimentação e bebidas teve uma deflação de -0,18%, junto com os grupos artigos de residências (-0,26%) e Comunicação (-0,41%). Porém, no acumulado do ano até o mês de junho, o grupo alimentação e bebidas teve uma variação de 7,41%, impactando fortemente nas famílias de menor poder aquisitivo.

Já o grupo habitação, apesar de ter tido uma variação de 0,55%, no acumulado do ano registrou uma variação de 4,43%, baixa se comparada com o grupo de alimentação e bebidas. O grupo transporte, importante na composição dos custos das famílias, registrou uma variação de 0,18% para o mês de junho, muito superior, ao grupo alimentos e bebidas, porém no acumulado do ano, registrou uma variação bem menor que educação e alimentação na composição dos custos das famílias.

A educação também apresentou uma variação nos preços baixa em junho (0,18%), porém, no acumulado do ano de 2016 apresentou variação de 7,58%, a mais alta de todos os grupos pesquisados.

Gráfico 2.4: INPC da RMF em Junho de 2016 e Acumulado do ano até Junho

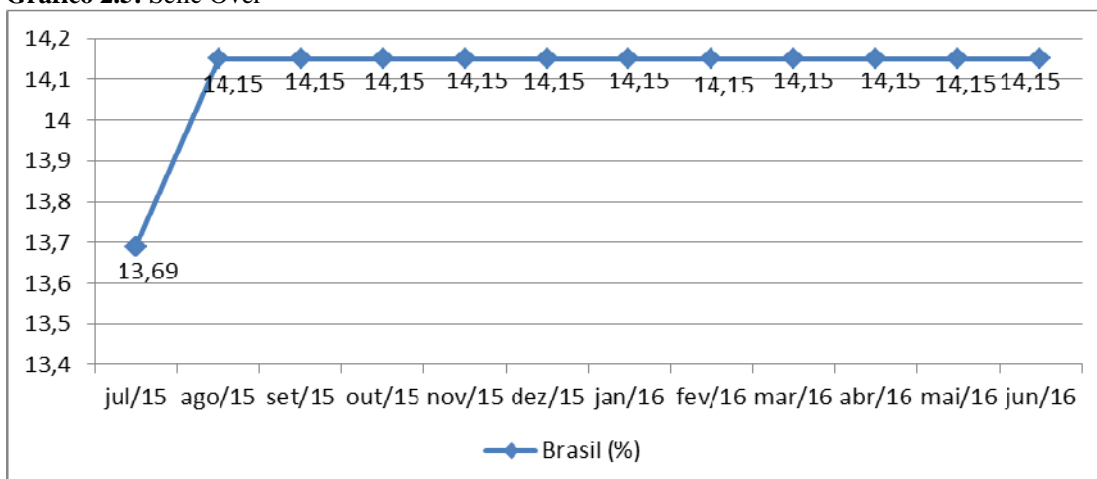


Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 2.5 a seguir refere-se à taxa Selic Over acumulada, ao ano, praticada no Brasil entre julho de 2015 e junho de 2016. A Selic Over é obtida a partir do financiamento no mercado interbancário lastreado em títulos públicos. O seu cálculo é diário.

Em julho de 2015 a taxa estava em 13,69%, já em agosto subiu para 14,15%, permanecendo inalterada até junho de 2016. Ou seja, há 11 meses que a taxa de juros Selic esta inalterada, sem perspectiva de que a curto prazo os fundamentos macroeconômicos ajudem a reverter essa tendência, de modo a gerar uma expectativa de redução, tendo em vista, principalmente, a resistência da inflação em ceder.

Gráfico 2.5: Selic Over



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: IPECE.

3 ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO

No segundo trimestre de 2016 com relação ao mesmo período de 2015, a economia cearense registrou recuo de 4,65%, apresentando novamente um desempenho negativo como registrado no segundo trimestre de 2015, com relação ao mesmo período de 2014, quando foi verificada uma queda de 5,69% (Tabela 3.1). No acumulado do ano, ou seja, no primeiro semestre de 2016, observa-se uma queda de 5,08%, enquanto a taxa anualizada aponta para uma queda de 6,54%.

Tabela 3.1: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades - Ceará - 2015 e 2º Trim. 2016 (*)

Setores e Atividades	2º Trim.		1º Trim.		Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4
	2015 (**)	2015	2016 (**)	2016 (**)		últimos Trim (***)
Agropecuária	-37,11	-17,66	8,91	2,95	5,93	-3,86
Indústria	-4,94	-5,70	-8,35	-6,74	-7,55	-9,46
Extrativa Mineral	-3,86	-9,27	5,18	2,82	4,00	-5,11
Transformação	-7,35	-9,40	-10,01	-5,02	-7,52	-9,25
Construção Civil	-6,52	-3,86	-13,10	-15,25	-14,18	-16,23
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	13,11	7,22	12,51	13,24	12,87	11,88
Serviços	-2,85	-3,57	-5,21	-5,07	-5,14	-5,86
Comércio	-6,49	-10,04	-9,45	-10,63	-10,04	-12,00
Alojamento e Alimentação	10,62	8,89	-1,09	-3,19	-2,14	2,39
Transportes	-3,65	-6,73	-6,90	-3,80	-5,35	-8,08
Intermediação Financeira	-9,18	-7,08	-6,65	-1,76	-4,21	-7,63
Administração Pública	1,93	1,33	-2,52	-1,76	-2,14	-1,24
Outros Serviços	1,12	1,82	3,58	2,51	3,05	3,04
VA a preços básicos	-5,99	-4,73	-5,53	-5,02	-5,27	-6,70
PIB pm	-5,69	-4,65	-5,51	-4,65	-5,08	-6,54

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Analisando os setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, a Agropecuária apresentou no segundo trimestre de 2016, em comparação com o mesmo período de 2015, um crescimento de 2,95%, ressaltando-se que essa taxa foi formada a partir de uma base de comparação bastante baixa, que foi a registrada no segundo trimestre de 2015 (queda de 37,11%). Para o mesmo período de análise, a Indústria decresceu 6,74%, já o setor de serviços caiu 5,07%, decorrente do fraco desempenho da atividade de Comércio, no qual registrou, para o mesmo período, uma forte queda de 10,63%.

4 ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL

4.1 Agropecuária

O setor agropecuário cearense está sofrendo drasticamente com o quinto ano consecutivo de seca, agravando ainda mais a situação hídrica e, conseqüentemente, solos cada vez mais secos e rachados, causando forte queda na produtividade das atividades dos setores. Vale ressaltar os fortes danos sociais que essa longa estiagem vem causando, tornando impossível o desenvolvimento da agricultura familiar, que tem como base a agricultura e a criação de animais. Dessa forma, a seca provoca a falta de recursos econômicos no sertão nordestino.

Desde o ano passado os reservatórios de água vem sendo preocupação para o estado. As chuvas do primeiro semestre de 2016 não foram suficientes para melhorar a capacidade dos reservatórios. As bacias hidrográficas cearenses, até o final do primeiro semestre de 2016, estavam com apenas 9,84% de nível de água.

Das regiões, a situação mais vulnerável, segundo a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), está no Baixo Jaguaribe, com apenas 0,23% da capacidade de armazenamento. Em seguida estão as regiões de Curu e Banabuiú, ambas com aproximadamente 2,4% da capacidade. Em melhor situação estão as regiões do Coreaú e Litoral, com aproximadamente 38%. Em termos absolutos, o maior volume de água encontra-se na região do Alto Jaguaribe e Médio Jaguaribe. Vale ressaltar que esse volume vem diminuindo a cada dia, deixando todas as regiões com forte dependência de ações públicas assistencialistas.

Tabela 4.1: Capacidade e Volume (%) de Armazenamento das Bacias Hidrográficas do Ceará – 2016

Regiões	Quantidade de açudes	Capacidade (m ²)	Volume (em Julho 2016)	
			(m ³)	(%)
Acaraú	14	1.721.047.165	162.145.236	9,42
Alto Jaguaribe	23	2.782.046.000	572.088.559	20,56
Baixo Jaguaribe	1	24.000.000	54.750	0,23
Banabuiú	19	2.759.753.240	68.232.485	2,47
Coreaú	9	308.660.000	115.441.756	37,40
Curu	13	1.028.210.000	24.265.291	2,36
Litoral	10	215.132.392	83.046.890	38,60
Médio Jaguaribe	15	7.389.107.414	487.611.812	6,60
Metropolitana	19	1.371.412.000	221.770.466	16,17
Salgado	15	452.312.000	60.476.074	13,37
Serra da Ibiapaba	1	141.000.000	26.496.542	18,79
Sertões de Crateús	10	447.000.000	13.109.026	2,93
Ceará	149	18.639.680.211	1.834.738.887	9,84

Fonte: COGERH. Elaboração: IPECE.

Conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), ao longo dos meses do primeiro semestre de 2016 apenas as pluviosidades de janeiro e abril ficaram acima da média normal. Os demais meses registraram chuvas abaixo da média. Esse fato levou a outro ponto negativo, que foi a irregularidade temporal das chuvas, prejudicando a produção agrícola (Tabela 4.2).

Outro fenômeno negativo foi o fato das principais regiões cearenses produtoras de grãos terem sido as mais afetadas pela escassez de chuvas na quadra chuvosa, a destacar a região do Maciço de Baturité, com 45,7% de volume menor de chuva em 2016, comparado com a quadra chuvosa de 2015, Ibiapaba (-45,7%), Jaguaribana (-54,6%) e Cariri (-42,8%).

Tabela 4.2: Comparativo do desvio percentual entre a média das normais e a média das pluviosidades observadas – Mensal de 2016

Mês	Normal (mm)	Observada (mm)	Desvio %
Janeiro	98,7	191,8	94,3
Fevereiro	118,6	53	-55,3
Março	203,4	129,8	-36,2
Abril	188	98,1	47,8
Mai	90,6	47,5	-47,5
Junho	37,5	30,7	-18,1

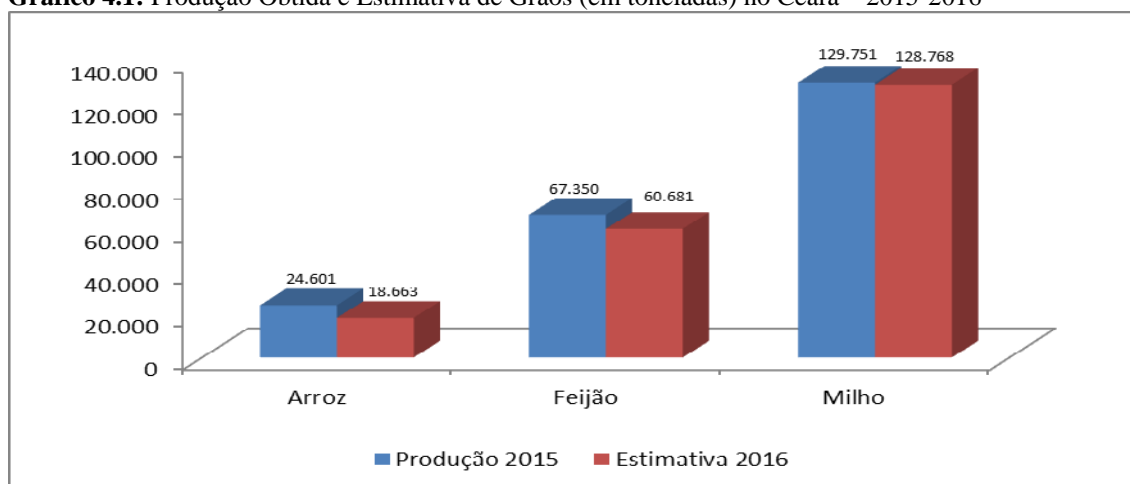
Fonte: FUNCEME. Elaboração: IPECE.

Diante das expectativas de chuvas no começo do ano, com boas chuvas ocorridas no mês de janeiro, os agricultores logo começaram a plantar, havendo uma expectativa de melhoria da safra de 2016. Porém, nos meses seguintes as chuvas diminuíram afetando a produção agrícola.

As estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE¹ para a produção de grãos no Ceará indicam uma queda de 6,35% em 2016, relativamente à produção obtida em 2015. Destaque para a redução na produção das culturas de arroz, que foi de -24,14%, feijão (-9,9%) e milho (-0,76%). Vale lembrar que a produção de grãos do Ceará do ano de 2015 já foi uma das menores nos últimos anos.

É importante destacar que as estimativas do LSPA vão se ajustando ao longo do ano, estando na maioria das vezes com valores mais elevados no começo do ano. As estimativas do primeiro semestre estão baseadas principalmente na informação do que já foi colhido, nas áreas plantadas e produtividade prevista. Sendo assim, entende-se que esses valores de produção são alterados, conforme novas informações obtidas pelo levantamento.

Gráfico 4.1: Produção Obtida e Estimativa de Grãos (em toneladas) no Ceará – 2015-2016



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: (*) O valor de 2014 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2015 corresponde a estimativa.

A produção de frutas em 2016 indica bons resultados para quase todas as culturas, destacando o coco-da-baía, com crescimento de (70,33%), mamão (46,10%), goiaba (38,65%), laranja (33,10%) e maracujá (30,93%), todas da lavoura permanente. Porém, essa estimativa só será

¹ As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começa o ano com a estimativa com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratamentos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

melhor analisada do segundo trimestre em diante. O melão e o abacaxi foram as únicas culturas citadas na Tabela 4.3 que indicam queda de produção, com taxa de -30,01% e -8,26%, respectivamente.

Porém, há preocupação entre os produtores de fruta do Ceará para a produção do segundo semestre do ano, já que a falta de água vem comprometendo a produção de frutas também dos polos irrigados.

Tabela 4.3: Produção obtida e estimativa de Frutas (em toneladas) no Ceará – 2015-2016

Produção de Frutas	Produção 2015 *	Estimativa 2016	Variação (%) 16/15
Acerola	12.477	16.397	31,42
Banana	385.028	464.514	20,64
Goiaba	12.309	17.069	38,67
Laranja	9.915	13.197	33,10
Mamão	94.478	138.036	46,10
Manga	45.259	56.035	23,81
Maracujá	93.079	121.868	30,93
Melancia	34.577	37.561	8,63
Melão	111.487	78.035	-30,01
Abacaxi**	2.894	2.655	-8,26
Coco-da-baía**	189.398	322.605	70,33

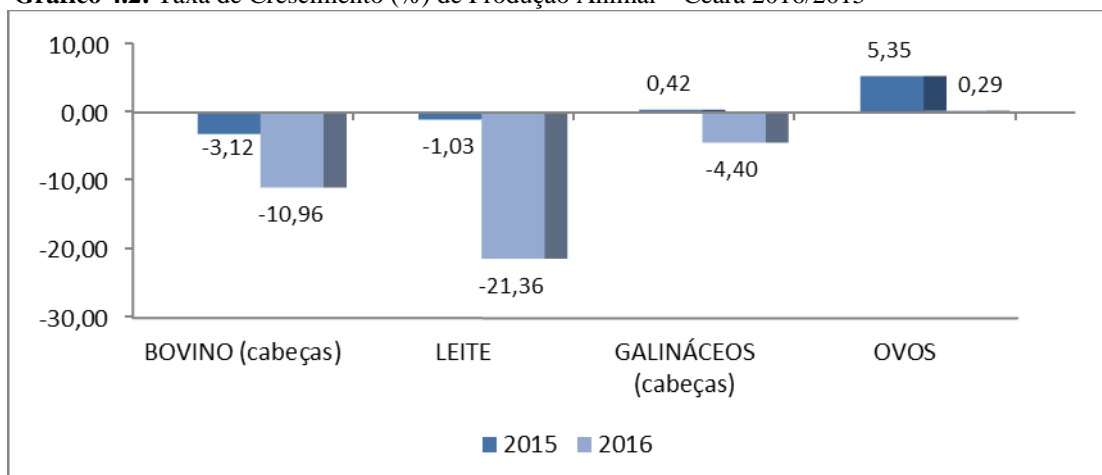
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Notas: (*) O valor de 2015 refere-se a produção obtida e o valor de 2016 corresponde a estimativa.

(**) Produção em mil frutos.

Com relação as quatro atividades de produção animal analisadas, apenas a produção de ovos apresentou estimativa de variação positiva para o ano de 2016, com crescimento de apenas 0,29%. A atividade de leite foi a que registrou a maior estimativa negativa, com variação de -21,36%. Essa atividade manteve um bom padrão na produção até ano passado, porém com a crise causada pelo quinto ano de seca, a produção leiteira foi fortemente atingida, indicando forte queda na produção.

Também apresentaram estimativa de queda brusca a produção de bovinos (-10,96%) e galináceos (-4,40%). Vale ressaltar que essa última atividade vinha apresentando crescimento nos últimos períodos, havendo um efeito de base comparativa elevada (Gráfico 4.2).

Gráfico 4.2: Taxa de Crescimento (%) de Produção Animal – Ceará 2016/2015

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Conforme dados da FUNCEME, o primeiro trimestre de 2016 apresentou uma quantidade de chuva abaixo da média normal. Porém, quando se comparam os anos de 2016 e 2015 observa-se que nesse primeiro trimestre a pluviosidade foi maior em 2016, com quantidade de 374,7 mm, contra o valor de 302,5 mm, no primeiro trimestre de 2015.

Outro fato importante a ressaltar é que as chuvas ocorreram em maior quantidade em regiões consideradas maiores produtoras agrícolas, a exceção de Jaguaribara que registrou o menor volume de chuvas no trimestre, com 304,3 mm. Outras regiões com menores volumes de chuvas foram Sertão Central e Inhamuns (307,6 mm), Maciço de Baturite (372,5 mm) e Litoral de Fortaleza (398,8 mm). Enquanto que as maiores quantidades de chuvas foram registradas nas regiões do Litoral Norte (509,7 mm), Cariri (481,9 mm) e Litoral do Pecem (464,5 mm).

4.2 Indústria

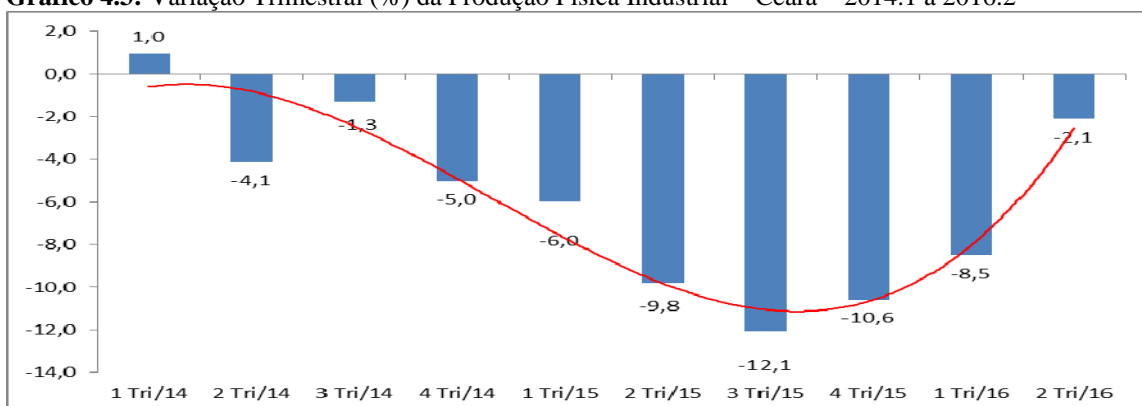
Indústria de Transformação

A indústria de transformação cearense voltou a registrar resultados negativos no segundo trimestre de 2016. Entre os meses de abril a junho, a atividade apresentou uma retração de 2,1%, alcançando o nono trimestre seguido de redução na produção, em um movimento que se repete desde os meses iniciais de 2014. Os dados constam do indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE).

Apesar de um novo resultado negativo, a performance do segundo trimestre de 2016 indica uma diminuição no ritmo de queda da atividade industrial no estado. Na verdade, esse

comportamento pode ser percebido desde os meses finais do ano anterior e, embora seja encarado como algo positivo, ainda não foi suficiente para recolocar o desempenho da indústria em terreno positivo. O Gráfico 4.3, a seguir, mostra as taxas trimestrais a partir de 2014.

Gráfico 4.3: Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2014.1 a 2016.2

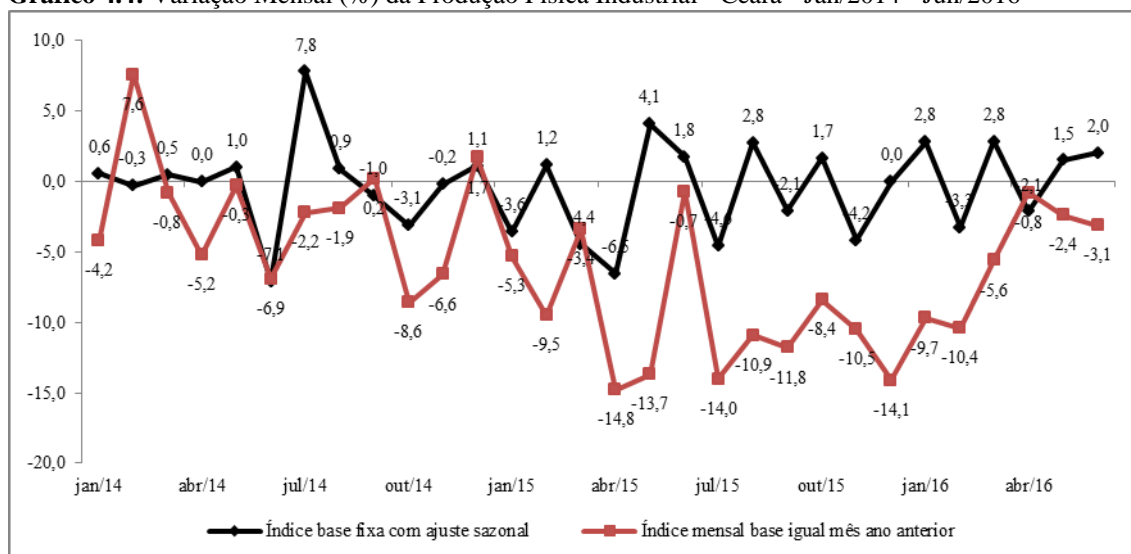


Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

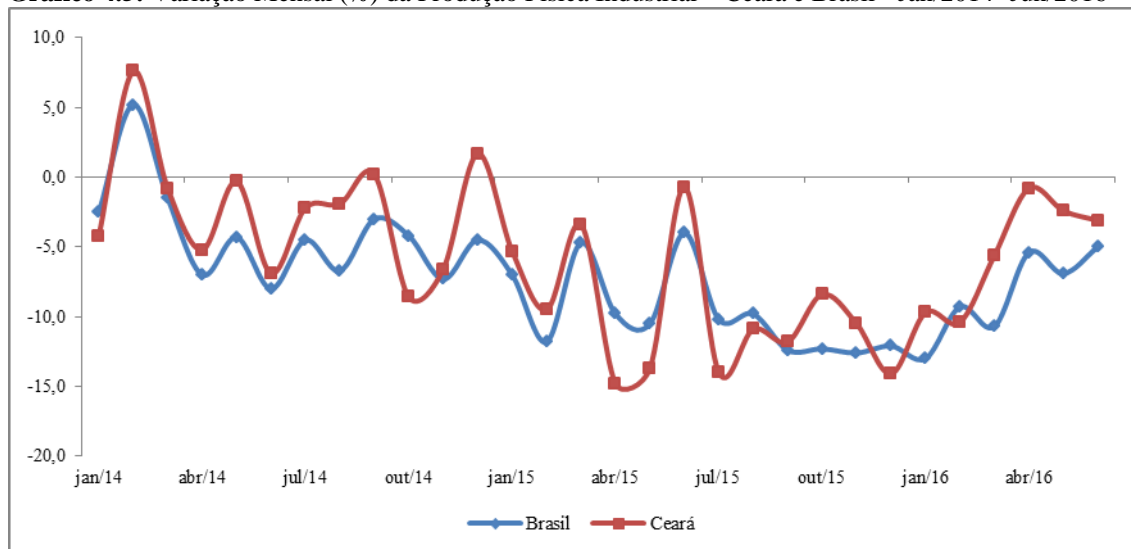
Na avaliação mensal, em comparação com os mesmos meses do ano anterior, o período de abril a junho foi novamente de queda na produção industrial, respectivamente, -0,8%, -2,4% e -3,1%, como mostra o Gráfico 4.4. Os resultados do segundo trimestre de 2016, apesar de ainda negativos, são menos intensos do que os observados ao longo de 2015 e reforçam a percepção de redução no ritmo de queda da produção industrial.

Já na avaliação contra os meses imediatamente anteriores, a manufatura cearense voltou a registrar dois meses seguidos de expansão, o que não acontecia desde o início de 2015. No segundo trimestre, os resultados foram uma retração de 2,1% em abril sobre março, seguido de duas expansões, uma de 1,5% em maio na comparação com abril e outra em junho, de 2,0% em relação a maio. Tal comportamento ajuda a entender o melhor ritmo de produção na indústria, embora explicita a dificuldade em se manter um ritmo de expansão sustentável e em condição suficiente para recolocar os números trimestrais em campo positivo. O Gráfico 4.4 apresenta as taxas.

Gráfico 4.4: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial - Ceará - Jan/2014 - Jun/2016

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

O Gráfico 4.5, a seguir, compara a trajetória mensal da atividade industrial no Ceará e no Brasil. Neste, é possível perceber a melhora do ritmo da produção em ambos, mas com maior intensidade no Ceará.

Gráfico 4.5: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil - Jan/2014- Jun/2016

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Os resultados do segundo trimestre do ano não alteraram a conjuntura de redução da produção industrial que tem se mostrado comum a quase todas as unidades da federação. No resultado acumulado do ano, entre as quatorze unidades com levantamento, apenas duas registraram resultados positivos na comparação com 2015.

Com crescimento, destaque apenas para o Mato Grosso, com expansão de 11,9%, e a Bahia, com aumento de 1,2% na produção do semestre em relação a 2015. Já entre aquelas que apresentaram redução na primeira metade de 2016, destaque para os principais parques industriais do país, como Amazonas (-17,7%), Rio de Janeiro (-9,7%) e São Paulo (-8,6%). Destaque negativo também para Pernambuco, com uma queda expressiva de 17,6%. A indústria cearense, por sua vez, acumulou uma redução de 5,4% em 2016, o que configurou a terceira menor queda entre os estados brasileiros. O resultado cearense não supera a marca nacional, que aponta para uma queda de 8,4% em relação aos primeiros seis meses do ano passado, mas é inferior ao resultado apresentado pelo conjunto da região Nordeste (-2,8%). A Tabela 4.4 traz os resultados para os estados pesquisados, para o país e a região.

Tabela 4.4: Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados – Abr-Jun/2015 e 2016 e Acumulado do Ano

Brasil e Estados	Variação Mensal (2015)			Acumulado Ano (2015)	Variação Mensal (2016)			Acumulado Ano (2016)
	Abr	Mai	Jun		Abr	Mai	Jun	
Brasil	-9,8	-10,5	-4,0	-8,0	-5,4	-6,9	-5,0	-8,4
Nordeste	-5,3	-4,0	6,8	-3,0	-1,8	1,1	-2,7	-2,8
Mato Grosso	-6,7	-5,4	5,4	0,1	5,8	17,4	12,2	11,9
Bahia	-13,5	-5,0	4,4	-8,8	0,4	-1,6	-5,5	1,2
Espírito Santo	3,7	11,3	8,3	6,7	-5,6	-0,8	-5,1	-2,2
Rio Grande do Sul	-8,1	-12,5	-8,2	-10,5	-7,2	-3,0	3,3	-4,4
Ceará	-14,8	-13,7	-0,7	-8,0	-0,8	-2,4	-3,1	-5,4
Minas Gerais	-11,1	-10,4	-7,6	-9,3	-0,1	-4,0	-2,0	-6,0
Santa Catarina	-6,7	-9,9	0,4	-6,2	-5,0	-6,5	0,6	-6,1
Goiás	2,4	2,8	2,9	2,5	-2,5	-5,8	-3,2	-6,4
Pará	2,7	-4,8	-0,6	-0,7	-11,8	-5,7	-1,5	-7,9
Paraná	-1,9	-9,3	7,2	-5,7	-7,0	-10,4	-6,2	-8,2
São Paulo	-11,3	-13,9	-9,1	-8,8	-2,3	-5,5	-3,1	-8,6
Rio de Janeiro	-7,7	-5,5	-7,9	-9,6	-8,0	-10,9	-6,7	-9,7
Pernambuco	-7,5	-11,8	0,7	-1,7	-8,0	-5,2	-7,5	-17,6
Amazonas	-20,8	-14,4	-1,1	-15,6	-21,8	-6,8	-8,8	-17,7

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2016.

Resultados Setoriais

Os resultados setoriais ajudam a entender o melhor ritmo de produção da indústria cearense. No segundo trimestre do ano, seis, entre as onze atividades pesquisadas, apresentaram redução na produção, um quadro diferente do trimestre anterior, quando nove atividades diminuiram a quantidade produzida.

Entre os meses de abril e junho, atividades importantes do parque industrial cearense voltaram a apresentar resultados positivos. Entre estas, destaque para a Fabricação de Têxteis, com

expansão de 26,2%, e de Couros e Calçados, com crescimento de 2,9%. Em ambos os casos, além dos trimestres seguidos de diminuição na produção, com a conseqüente redução dos estoques e da base de comparação, a expansão parece estar associada aos estímulos oriundos das alterações favoráveis na taxa de câmbio, que aumentam a competitividade (em preço) dos produtos cearenses frente aos importados.

A expansão da produção no segundo trimestre apresentada por algumas atividades contribuiu para o melhor ritmo da manufatura cearense no período, mas não foi suficiente para reverter o quadro de quedas consecutivas dos últimos trimestres. De fato, atividades tradicionais voltaram a registrar reduções na produção, como Confecção de artigos do vestuário (-16,4%), Produtos de minerais não metálicos (-14,2%) e Bebidas (-10,9%).

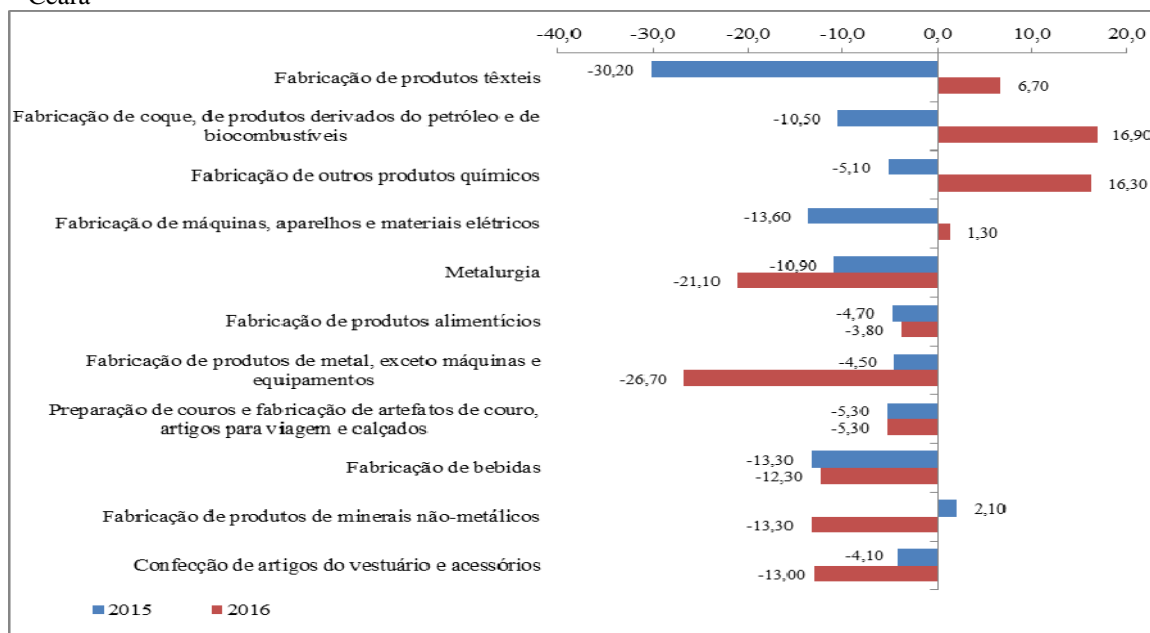
Para o caso das atividades de confecção e de fabricação de bebidas, a produção guarda relação com a capacidade de consumo das famílias e neste ambiente de maior restrição orçamentária dos consumidores, a redução do consumo no setor do comércio se faz perceber nas linhas de produção da manufatura. A Tabela 4.5, a seguir, apresenta os números para atividades industriais. O Gráfico 4.6, na sequência, compara a taxa de crescimento no primeiro semestre de 2015 e 2016.

Tabela 4.5: Variação Trimestral (%) da Produção Física por Atividades Industriais – Ceará – 2015 e 2016

Setores	Variação Trimestral (2015)				Variação Trimestral (2016)	
	2015.I	2015.II	2015.III	2015.IV	2016.I	2016.II
Indústrias de transformação	-6,1	-10,0	-12,2	-10,9	-8,5	-2,1
Fabricação de produtos têxteis	-25,5	-34,7	-37,3	-35,8	-10,8	26,2
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,2	-11,0	-13,0	-15,8	-12,0	2,9
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-2,7	-17,9	-10,1	16,8	7,8	27,3
Fabricação de outros produtos químicos	-16,1	6,5	-23,9	-9,0	22,5	11,3
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-10,2	-17,5	-9,2	-6,6	-0,7	3,8
Fabricação de produtos alimentícios	-1,7	-7,4	-13,6	-2,5	-6,7	-1,0
Metalurgia	-8,0	-13,6	-13,9	-28,9	-16,6	-25,6
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-4,7	-4,2	6,0	-24,4	-20,1	-33,8
Fabricação de bebidas	-9,3	-17,7	-8,1	-4,2	-13,4	-10,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,0	4,5	-0,6	-8,4	-12,5	-14,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-14,0	6,1	-6,6	-16,0	-8,9	-16,4

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela maior contribuição ao resultado do trimestre 2016.II.

Gráfico 4.6: Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Física por Atividades Industriais – 2015 e 2016 – Ceará

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela maior contribuição ao resultado acumulado de 2016.

Em linhas gerais, o ambiente econômico e político característico dos últimos trimestres manteve-se desfavorável à retomada dos negócios durante a primeira metade de 2016. Nesse ambiente, a indústria local continuou a apresentar quedas na produção.

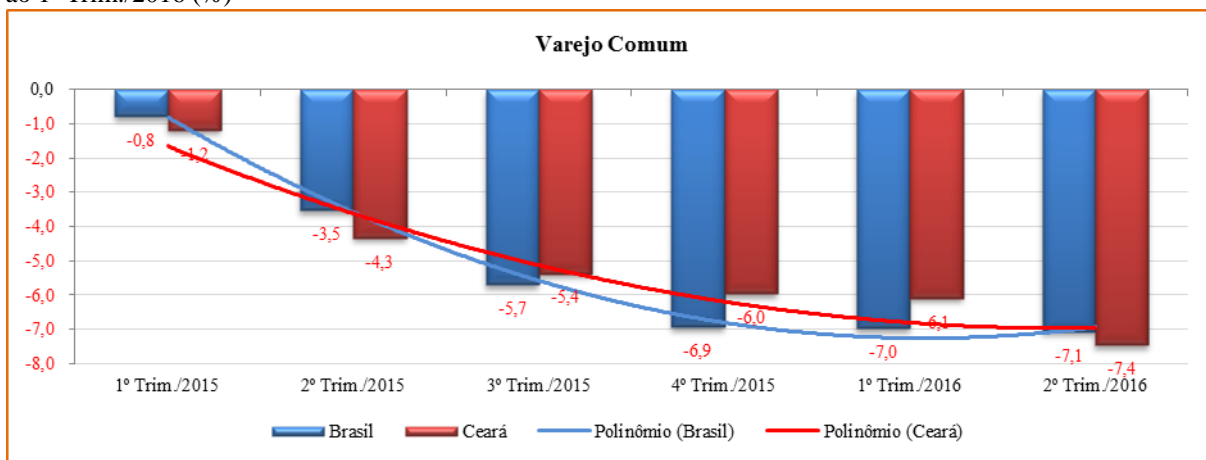
Entretanto, os números do segundo trimestre do ano apontam para uma alteração favorável do ritmo da produção industrial no Ceará, com as reduções na quantidade produzida ocorrendo em menor intensidade. De fato, a diminuição dos estoques industriais e o posicionamento do câmbio em patamares mais favoráveis ao setor parecem ter contribuído para a recuperação de atividades importantes para manufatura cearense, como têxtil e calçados.

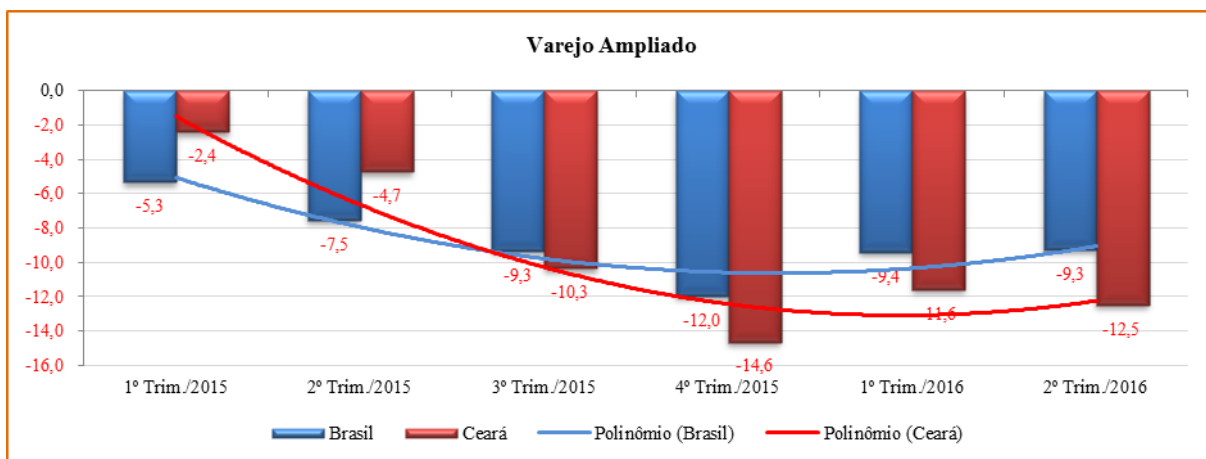
Por fim, é preciso aguardar os próximos períodos para que se confirme que a indústria cearense entrou realmente em uma nova trajetória, de retomada consistente do crescimento. Para tanto, é fundamental que se reestabeleça a governabilidade política em nível nacional e com ela a maior possibilidade de encaminhamento das reformas necessárias para recuperar a confiança dos agentes econômicos.

4.3 Serviços (Comércio Varejista)

Dados da PMC divulgada pelo IBGE revelam que o varejo nacional registrou queda de 7,1% e o varejo cearense queda de 7,4% no segundo trimestre do ano de 2016, o que sinaliza uma nítida piora dos resultados das vendas locais, principalmente quando comparado aos trimestres anteriores. O varejo ampliado por sua vez apresentou um desempenho ainda pior com queda de 12,5% para o Ceará e 9,3% para o Brasil no mesmo período.

Gráfico 4.7: Variação trimestral do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – 1º Trim./2015 ao 1º Trim./2016 (%)

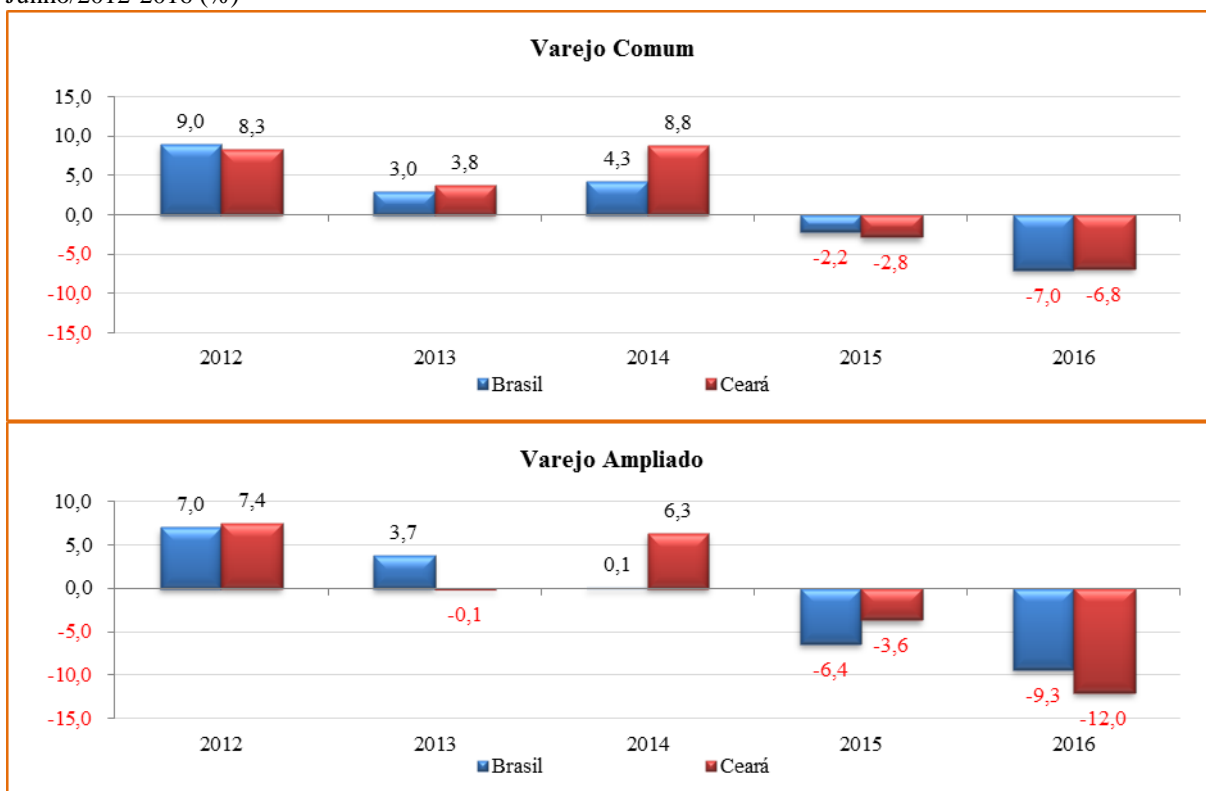




Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por sua vez, o Gráfico 4.8 apresenta o resultado das vendas do varejo comum e ampliado para o Brasil e Ceará nos primeiros semestres dos últimos cinco anos. Nota-se que apenas nos dois últimos anos é que o varejo comum cearense e nacional passou a apresentar queda nas vendas e que tanto o varejo comum quanto o ampliado apresentaram quedas semestrais em 2016 bem mais significativas que as observadas no ano anterior.

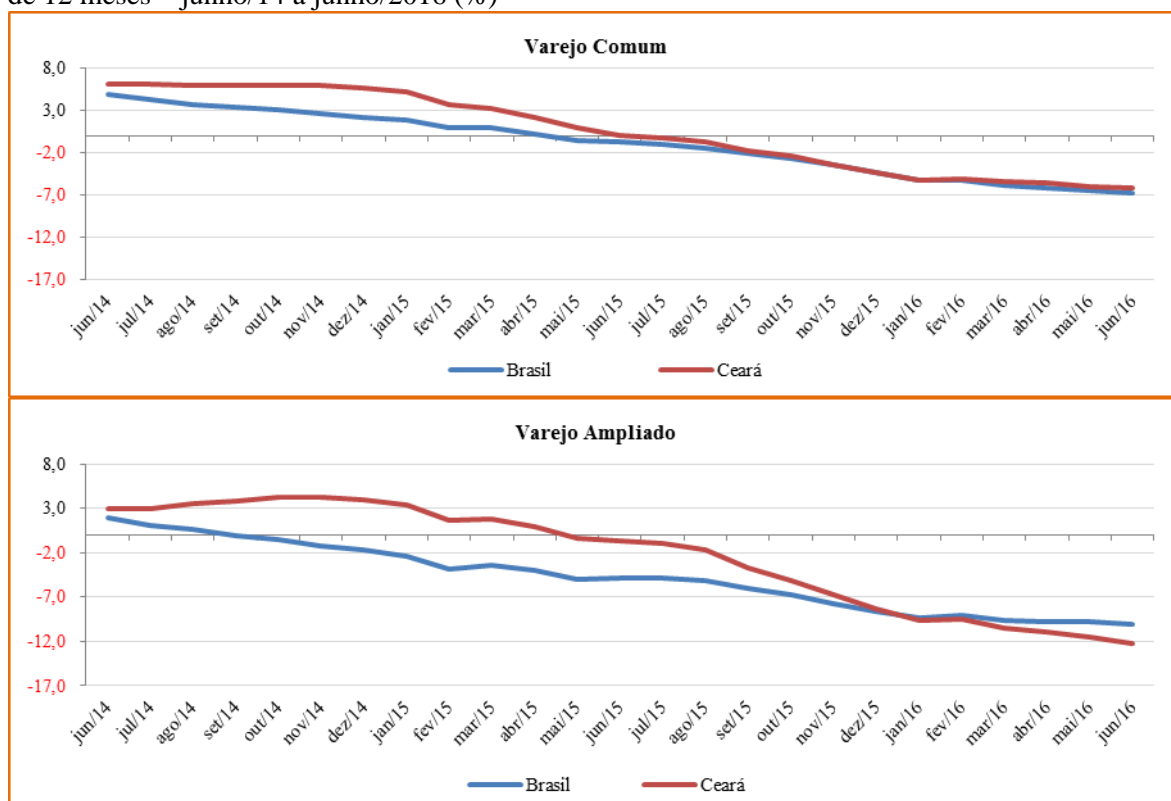
Gráfico 4.8: Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado do ano até Junho/2012-2016 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Através do Gráfico 4.9 observa-se a trajetória de médio e curto prazo das vendas do varejo nacional e cearense nos últimos dois anos. É nítido o comportamento de desaceleração das vendas do varejo cearense bem mais robusto que o do varejo nacional, caindo de forma mais significativa que o varejo nacional principalmente quando se observam os resultados do varejo ampliado.

Gráfico 4.9: Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 meses – junho/14 a junho/2016 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração IPECE.

Análise do Comércio Varejista no Contexto Nacional

As Tabelas 4.6 e 4.7 abaixo mostram os resultados da variação trimestral do volume de vendas do varejo comum e ampliado para todos os estados brasileiros para o período entre o 1º trimestre de 2015 e 2º trimestre de 2016. Pode-se perceber claramente a intensificação dos resultados negativos em 2016.

O varejo cearense registrou a décima oitava maior queda no varejo comum e a décima quarta maior queda no varejo ampliado dentre todos os estados brasileiros no 2º trimestre de 2016.

Tabela 4.6: Variação trimestral do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Estados – 1º Trimestre/2015 ao 2º Trimestre/2016 (%)

Brasil e Estados	1º Trim./2015	2º Trim./2015	3º Trim./2015	4º Trim./2015	1º Trim./2016	2º Trim./2016
Amapá	6,1	-8,8	-17,9	-23,8	-21,6	-20,1
Sergipe	4,7	5,9	-6,0	-9,9	-12,2	-15,8
Bahia	-3,7	-5,9	-10,0	-11,8	-11,9	-14,3
Rondônia	6,3	-5,3	-9,4	-12,4	-8,9	-14,3
Amazonas	-4,2	-7,0	-7,7	-9,9	-11,1	-14,2
Pará	-0,9	-2,3	-5,1	-9,9	-8,9	-13,2
Distrito Federal	-4,4	-5,3	-6,8	-6,9	-9,6	-12,8
Tocantins	-1,0	-0,2	-3,1	-9,4	-6,2	-12,5
Espírito Santo	-2,3	-6,9	-9,0	-11,7	-9,3	-12,3
Pernambuco	-1,3	-7,2	-10,5	-11,1	-11,1	-11,9
Goiás	-7,6	-10,6	-10,5	-11,8	-9,9	-10,9
Acre	8,9	2,8	-7,1	-11,0	-10,8	-10,0
Rio Grande do Norte	1,1	-2,6	-5,3	-7,6	-9,3	-9,9
Rio de Janeiro	2,2	-3,5	-5,2	-5,5	-7,5	-9,8
Alagoas	-2,8	-6,1	-13,3	-9,7	-8,6	-9,2
Mato Grosso	-6,5	-7,1	-8,4	-10,7	-7,6	-8,2
Santa Catarina	1,4	1,1	-3,6	-9,9	-9,3	-8,1
Ceará	-1,2	-4,3	-5,4	-6,0	-6,1	-7,4
Piauí	-0,8	-4,5	-4,9	-7,8	-7,8	-7,3
Maranhão	-3,6	-4,8	-7,6	-11,3	-7,2	-7,1
Rio Grande do Sul	-3,6	-3,9	-8,3	-8,3	-5,0	-6,9
Mato Grosso do Sul	0,9	-0,3	-1,7	-4,8	-5,7	-6,5
Paraná	2,1	-1,4	-4,4	-8,1	-8,5	-5,6
São Paulo	-0,5	-3,2	-4,9	-5,3	-6,3	-4,5
Paraíba	-4,3	-11,2	-10,0	-14,6	-4,0	-4,1
Roraima	20,4	5,5	4,6	-0,4	-1,9	-2,9
Minas Gerais	-1,5	-2,4	-1,9	-1,8	-0,6	-1,6
Brasil	-0,8	-3,5	-5,7	-6,9	-7,0	-7,1

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Tabela 4.7: Variação trimestral do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – 1º Trimestre/2015 ao 2º Trimestre/2016 (%)

Brasil e Estados	1º Trim./2015	2º Trim./2015	3º Trim./2015	4º Trim./2015	1º Trim./2016	2º Trim./2016
Amapá	4,0	-9,9	-18,1	-22,7	-19,4	-19,2
Tocantins	-3,6	-11,9	-18,3	-23,1	-13,4	-16,7
Sergipe	1,9	-3,1	-11,6	-18,0	-16,3	-16,6
Distrito Federal	-9,8	-10,0	-12,5	-16,7	-14,0	-15,0
Espírito Santo	-6,0	-17,8	-19,2	-21,1	-20,2	-14,8
Amazonas	-3,5	-8,5	-12,5	-16,4	-12,6	-14,4
Pernambuco	-2,9	-8,8	-13,3	-17,1	-16,1	-14,2
Pará	-0,3	-2,9	-7,8	-13,7	-11,6	-14,0
Acre	-3,0	-5,4	-14,8	-19,7	-9,1	-13,9
Goiás	-8,8	-14,0	-16,0	-20,6	-15,8	-12,8
Rio de Janeiro	-0,8	-6,4	-9,0	-14,5	-11,7	-12,8
Bahia	-4,7	-7,9	-10,5	-13,4	-12,2	-12,7
Maranhão	-0,8	-6,7	-15,6	-19,9	-16,9	-12,6
Ceará	-2,4	-4,7	-10,3	-14,6	-11,6	-12,5
Rio Grande do Norte	1,2	-4,9	-6,8	-12,0	-10,3	-10,4
Santa Catarina	-4,6	-7,2	-11,7	-15,8	-12,7	-10,1
Rio Grande do Sul	-8,1	-10,3	-15,4	-18,1	-11,9	-10,1
Alagoas	-3,2	-9,3	-14,5	-15,7	-11,6	-9,4
Mato Grosso	-5,8	-11,6	-12,0	-15,9	-11,1	-8,8
Piauí	-3,0	-8,0	-9,3	-14,2	-9,0	-8,4
Paraíba	-7,9	-15,6	-15,0	-19,0	-8,6	-7,8
Rondônia	1,5	-12,2	-12,4	-14,0	-4,4	-7,7
Mato Grosso do Sul	-1,0	-5,4	-6,6	-10,4	-7,8	-6,7
São Paulo	-7,7	-5,6	-5,0	-5,4	-5,1	-6,7
Paraná	-5,2	-7,8	-9,2	-14,6	-9,9	-5,7
Minas Gerais	-4,6	-8,0	-8,1	-7,0	-4,3	-5,6
Roraima	8,3	1,6	-1,8	-8,4	-2,8	-3,3
Brasil	-5,3	-7,5	-9,3	-12,0	-9,4	-9,3

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Já a Tabela 4.8 mostra a variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado para todos os estados brasileiros para o período do acumulado do ano até junho nos últimos cinco anos. Observa-se que nenhum estado apresentou crescimento das vendas nem no varejo comum, nem no ampliado no último ano da série, retratando uma nítida piora no desempenho do setor.

Tabela 4.8: Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Estados – Acumulado do ano até junho – 2012 a 2016 (%)

Estados	Varejo Comum					Varejo Ampliado				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Amapá	17,0	4,2	8,1	-1,7	-20,9	6,0	7,8	-3,4	-3,2	-19,3
Espírito Santo	9,7	2,4	1,4	-4,6	-10,8	-3,2	-4,0	-5,2	-12,1	-17,6
Sergipe	5,7	3,2	2,4	5,3	-14,0	5,8	2,7	3,6	-0,6	-16,5
Pernambuco	11,6	4,1	5,7	-4,3	-11,5	8,8	3,7	3,8	-5,8	-15,2
Tocantins	17,5	5,5	8,7	-0,6	-9,5	14,2	7,2	1,7	-8,0	-15,1
Maranhão	12,4	6,3	8,5	-4,2	-7,1	8,0	7,7	3,2	-3,8	-14,8
Distrito Federal	6,4	1,1	2,9	-4,9	-11,2	6,0	-0,2	2,8	-9,9	-14,5
Goiás	9,3	3,2	5,1	-9,1	-10,4	5,5	7,6	-1,1	-11,4	-14,3
Amazonas	7,2	0,9	1,8	-5,6	-12,6	2,9	2,2	2,8	-6,0	-13,5
Pará	10,8	4,9	4,0	-1,6	-11,0	11,0	5,2	0,6	-1,6	-12,8
Bahia	10,3	0,5	7,2	-4,8	-13,1	9,7	1,1	2,9	-6,3	-12,4
Rio de Janeiro	3,7	4,1	3,6	-0,7	-8,7	2,4	5,6	2,0	-3,6	-12,3
Ceará	8,3	3,8	8,8	-2,8	-6,8	7,4	-0,1	6,3	-3,6	-12,0
Acre	14,3	2,1	11,8	5,8	-10,4	6,0	12,4	4,5	-4,2	-11,5
Santa Catarina	10,0	0,7	2,2	1,2	-8,7	3,1	2,5	3,2	-5,9	-11,4
Rio Grande do Sul	10,4	3,2	3,9	-3,7	-6,0	7,5	5,2	3,6	-9,2	-11,0
Alagoas	8,7	3,9	8,3	-4,4	-8,9	10,2	4,0	6,1	-6,2	-10,5
Rio Grande do Norte	5,6	9,3	4,7	-0,8	-9,6	5,2	9,4	3,2	-1,9	-10,3
Mato Grosso	6,0	6,7	4,2	-6,8	-7,9	13,2	7,9	1,3	-8,7	-10,0
Piauí	10,0	1,0	4,2	-2,6	-7,5	10,2	6,8	2,1	-5,5	-8,7
Paraíba	9,6	9,1	4,5	-7,9	-4,1	7,5	8,3	4,1	-11,8	-8,2
Paraná	13,4	3,7	3,9	0,3	-7,0	10,2	6,8	-2,3	-6,4	-7,9
Mato Grosso do Sul	15,1	11,7	5,4	0,3	-6,1	5,0	11,6	0,0	-3,2	-7,3
Rondônia	5,4	9,0	9,4	0,1	-11,7	7,3	4,9	4,9	-5,9	-6,1
São Paulo	9,7	2,8	4,1	-1,8	-5,4	9,1	2,9	-2,8	-6,7	-5,9
Minas Gerais	8,4	-0,1	3,5	-2,0	-1,1	5,4	1,5	-0,5	-6,3	-4,9
Roraima	28,3	8,0	2,6	12,4	-2,4	18,3	9,2	1,1	4,8	-3,1
Brasil	9,0	3,0	4,3	-2,2	-7,0	7,0	3,7	0,1	-6,4	-9,3

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Análise do Comércio Varejista por Atividades

A Tabela 4.9 abaixo apresenta a variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado por atividades para o Brasil e para o Ceará nos últimos seis trimestres. Com isso, é possível conhecer qual têm sido os resultados das vendas alcançadas pelas atividades que formam o varejo no período mais recente.

No Brasil, todas as atividades apresentaram queda nas vendas no 2º trimestre de 2016, sendo que as maiores foram observadas nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; veículos, motocicletas, partes e peças; móveis; outros artigos de uso pessoal e doméstico; eletrodomésticos; material de construção; e combustíveis e lubrificantes, todas acima de dois dígitos.

Já no varejo cearense as principais quedas foram observadas nas vendas de eletrodomésticos; material de construção; veículos, motocicletas, partes e peças; livros, jornais, revistas e

papelaria; outros artigos de uso pessoal e doméstico; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, também todas acima dos dois dígitos.

Vale destacar que a queda observada no grupo dos eletrodomésticos (30,97%) sucedeu-se a outra queda já observada em igual trimestre de 2015 (10,99%). Ademais, esta não foi a única atividade que apresentou queda sucessiva na comparação dos dois trimestres, mas alguns setores, como os de material de construção, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; e de tecidos, vestuário e calçados, que haviam registrado crescimento no segundo trimestre de 2015, experimentaram queda no segundo trimestre de 2016.

Tabela 4.9: Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado por atividades – Brasil e Estados – 1º Trimestre/2015 ao 2º Trimestre/2016 (%)

Atividades	1º Trim./2015	2º Trim./2015	3º Trim./2015	4º Trim./2015	1º Trim./2016	2º Trim./2016
Brasil						
Combustíveis e lubrificantes	-4,04	-2,44	-6,64	-11,07	-9,48	-10,12
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-1,34	-2,22	-3,25	-3,24	-2,83	-4,39
Hipermercados e supermercados	-1,18	-2,21	-3,28	-3,44	-2,75	-4,15
Tecidos, vestuário e calçados	-2,95	-6,66	-11,51	-11,50	-13,30	-9,14
Móveis e eletrodomésticos	-6,70	-15,96	-16,58	-16,76	-16,97	-11,84
Móveis	-10,30	-15,79	-18,61	-20,98	-12,13	-12,84
Eletrodomésticos	-4,98	-16,08	-15,60	-14,91	-19,12	-11,34
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,77	4,54	0,61	1,59	2,50	-1,97
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,77	-9,07	-13,16	-14,43	-14,86	-20,57
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	16,86	3,08	-7,47	-15,49	-16,67	-15,73
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,71	0,28	-3,23	-7,48	-12,84	-11,73
Veículos, motocicletas, partes e peças	-14,79	-16,54	-16,86	-22,70	-13,48	-14,03
Material de construção	-4,34	-4,98	-9,68	-14,05	-14,76	-11,12
Ceará						
Combustíveis e lubrificantes	-1,14	-2,84	-5,76	-7,52	-5,38	-3,19
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-4,43	-6,06	-6,34	-3,89	-2,06	-4,08
Hipermercados e supermercados	-4,23	-5,78	-5,79	-3,19	-1,33	-3,21
Tecidos, vestuário e calçados	7,36	6,73	-0,24	-1,77	-0,86	-3,28
Móveis e eletrodomésticos	-1,66	-10,86	-10,61	-18,25	-14,18	-18,49
Móveis	3,02	-10,65	-7,14	-14,85	-4,64	0,99
Eletrodomésticos	-4,49	-10,99	-12,81	-20,45	-20,25	-30,97
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,54	9,20	1,63	3,68	-0,35	-4,73
Livros, jornais, revistas e papelaria	-13,53	-16,18	-11,72	-2,96	-28,33	-16,13
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-25,08	-26,46	-22,13	-26,23	-23,64	-10,66
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,41	-1,00	-0,21	-1,86	-15,40	-14,25
Veículos, motocicletas, partes e peças	-7,50	-8,88	-20,88	-33,04	-21,21	-19,78
Material de construção	6,64	7,29	-12,36	-23,77	-26,05	-30,47

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

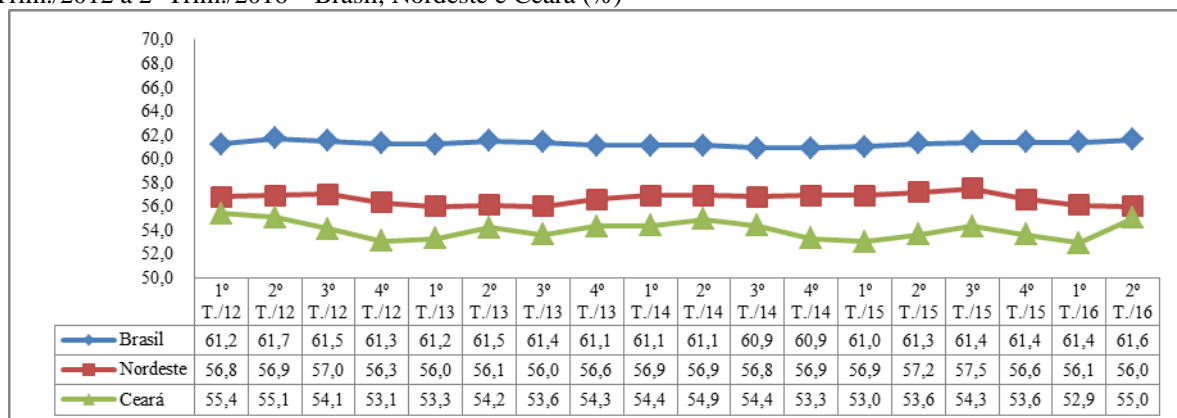
5 MERCADO DE TRABALHO

5.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Ceará

A Taxa de Participação (TP) é dada pela Força de Trabalho (Ocupados e Desocupados) com relação a população em idade de trabalhar (PIT). De acordo com o Gráfico 5.1, abaixo, observa-se que ao longo da série histórica a TP brasileira tem variado marginalmente saindo de 61,2% para 61,6% (de cada 100 pessoas em idade de trabalhar 61,6 delas estavam na força de trabalho do país).

Ceará e Nordeste, por sua vez, já apresentam comportamento um pouco distintos com TP de 55% e 56%, respectivamente, no segundo trimestre de 2016. Destaca-se também a baixa variabilidade ao longo da série histórica.

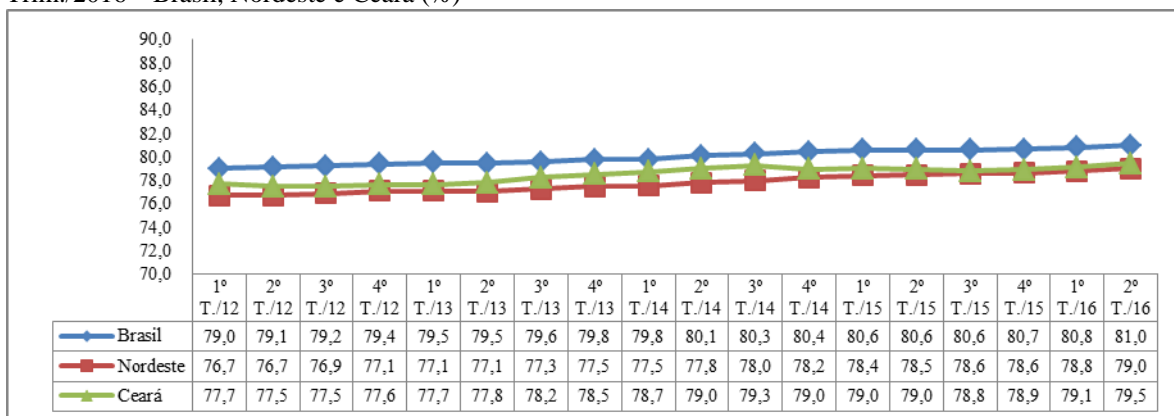
Gráfico 5.1: Taxa de participação da população da força de trabalho na população em idade de trabalhar – 1º Trim./2012 a 2º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

A diferença entre as TP do Brasil com relação ao Nordeste e ao Ceará pode ser em decorrência daqueles fora da força de trabalho tendo, portanto, mais pessoas desalentadas ou desencorajadas ou mesmo dependentes de outros membros da família. Adicionalmente, destaca-se o aumento da TP cearense neste segundo trimestre de 2016 tendo sido ocasionada possivelmente pelo aumento do número de desocupados procurando ocupação.

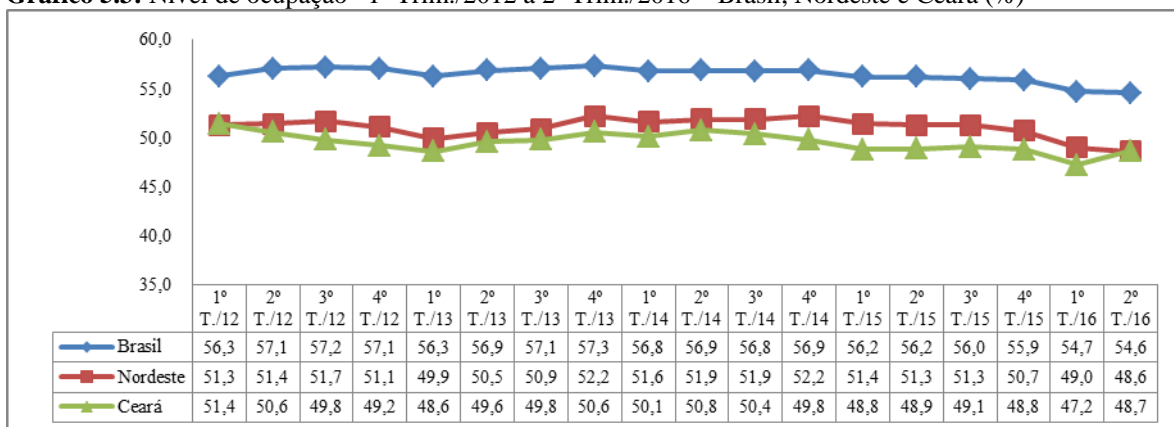
Considere, também, o Gráfico 5.2 a seguir que apresenta a TP da PIT na População Total (PT). A expansão da PIT de forma mais acelerada que a TP ocasiona o chamado bônus demográfico. Nesta situação, o potencial de trabalhadores se amplia com a possibilidade de elevação da produção da economia.

Gráfico 5.2: Taxa de participação da população em idade de trabalhar na população total – 1º Trim./2012 a 2º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Como pode ser observado no gráfico anterior, desde o início da série histórica da PNAD contínua o Brasil, assim como o Nordeste e o Ceará, encontra-se em período de bônus demográfico. Do primeiro trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2016 nas três áreas analisadas a PIT cresceu, aproximadamente, dois pontos percentuais acima da TP.

Por sua vez, os Gráficos 5.3 e 5.4, a seguir, apresentam a trajetória do nível e da taxa de ocupação para as três áreas geográficas. Como pode ser observado o Brasil apresenta taxas distintas com relação ao Ceará e ao Nordeste. É possível que no Ceará e no Nordeste exista um contingente da PIT fora da força de trabalho reduzindo, assim, seus níveis de ocupação. Entre essas razões, pode-se destacar um percentual maior de jovens em busca de maior qualificação.

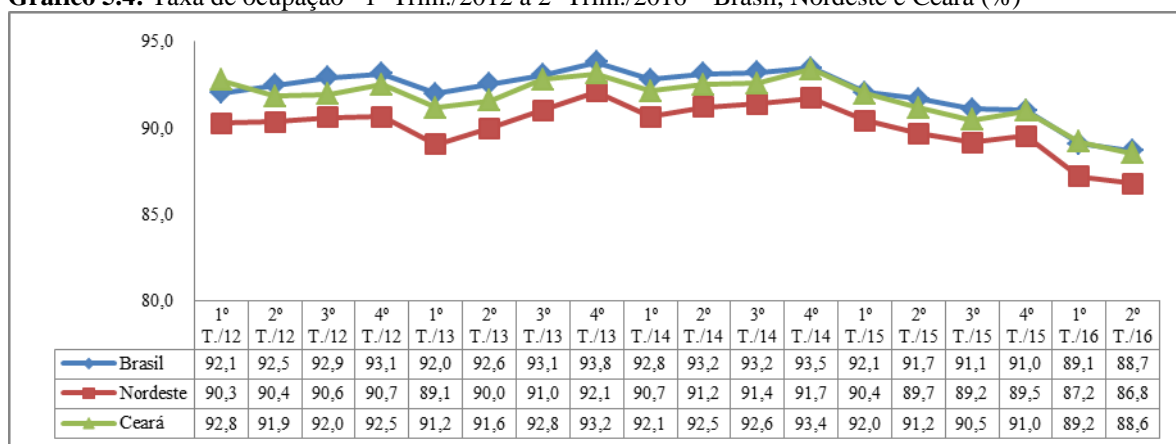
Gráfico 5.3: Nível de ocupação– 1º Trim./2012 a 2º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

O Gráfico 5.4 apresenta a taxa de ocupação, que é medida em relação ao tamanho da força de trabalho (ocupados e desocupados). Como observado, os níveis de ocupação são muito

similares, o que reforça a tese que existe um maior contingente da PIT no Ceará e no Nordeste que estão fora da força de trabalho. Adicionalmente, é importante destacar a queda de mais de dois pontos percentuais na taxa de ocupação do último trimestre de 2015 para o segundo trimestre de 2016.

Gráfico 5.4: Taxa de ocupação– 1º Trim./2012 a 2º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)

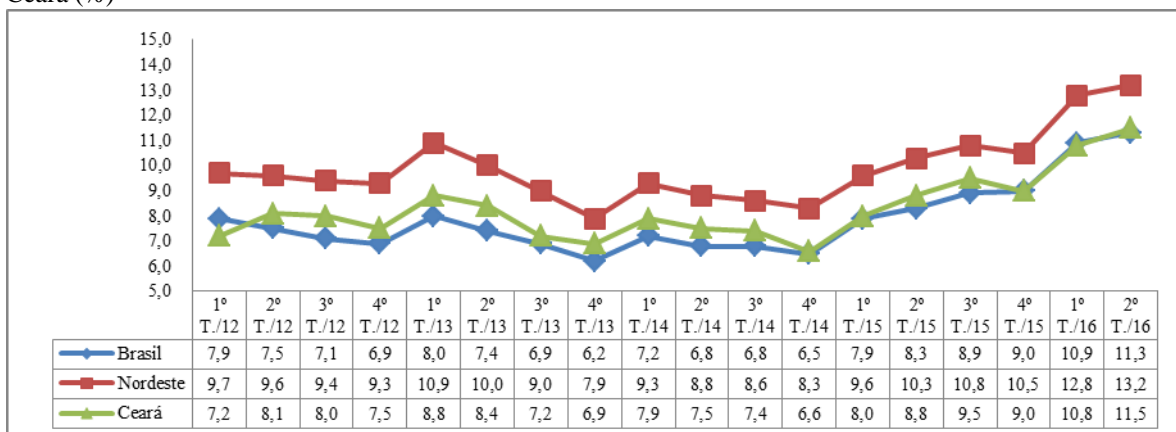


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Finalmente, no Gráfico 5.5 tem-se a taxa de desemprego, que pode ser medida pela taxa de desocupação no mercado de trabalho, calculada pela razão entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas na força de trabalho multiplicado por 100. De acordo com o gráfico a taxa de desocupação nas três áreas geográficas começa a esboçar uma tendência crescente a partir do quarto trimestre de 2014, dois trimestre após o Brasil entrar em recessão técnica.

O ano de 2015 revela a escalada da taxa de desemprego. No Nordeste, a taxa atingiu o patamar de 10,3% no segundo trimestre do ano de 2015, ampliando-se para 13,2% no segundo trimestre de 2016. O estado do Ceará bem como o Brasil também continuam em uma tendência crescente do desemprego. No segundo primeiro trimestre de 2016 as taxas registradas no Ceará e no Brasil, foram de, respectivamente, 11,5% e 11,3%.

Gráfico 5.5: Taxa de Desemprego da Força de Trabalho – 1º Trim./2012 a 2º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)

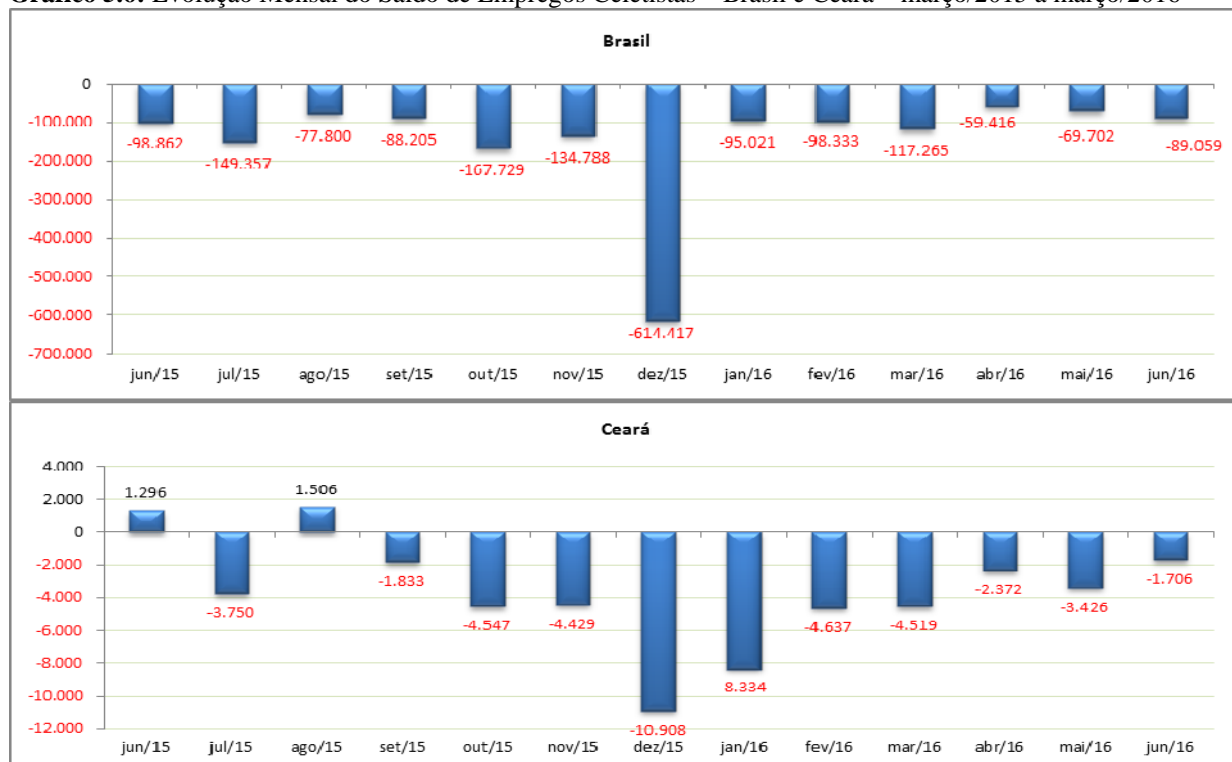


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

5.2. Emprego Formal

Dados do CAGED disponibilizados pelo MTE revelam que o Brasil registrou um fechamento de 89.059 postos de trabalho com carteira assinada no mês de junho de 2016. O estado do Ceará também apresentou perda de postos de trabalho no mês de junho de 1.706 postos, mantendo dessa forma a trajetória de fechamento mensal de vagas desde o início do ano. (Gráfico 5.6).

Gráfico 5.6: Evolução Mensal do Saldo de Empregos Celetistas – Brasil e Ceará – março/2015 a março/2016

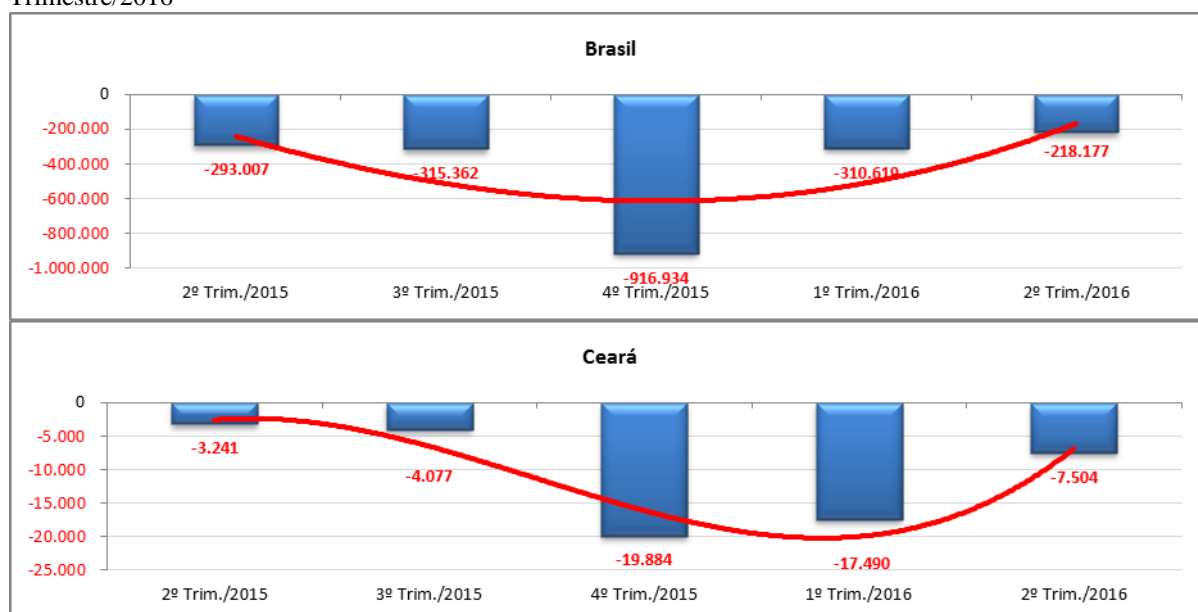


Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

O Gráfico 5.7 a seguir mostra o comportamento do saldo de empregos para o Brasil e Ceará ao longo dos três últimos trimestres de 2015 e os dois primeiros trimestres do ano de 2016. Através do referido gráfico é possível observar que a perda trimestral de postos de trabalho sofreu certa desaceleração.

No primeiro trimestre o Ceará havia fechado 17.490 vagas saldo bastante influenciado por fatores sazonais, já no segundo semestre o fechamento de vagas foi de 7.504, refletindo ainda a crise de confiança na economia.

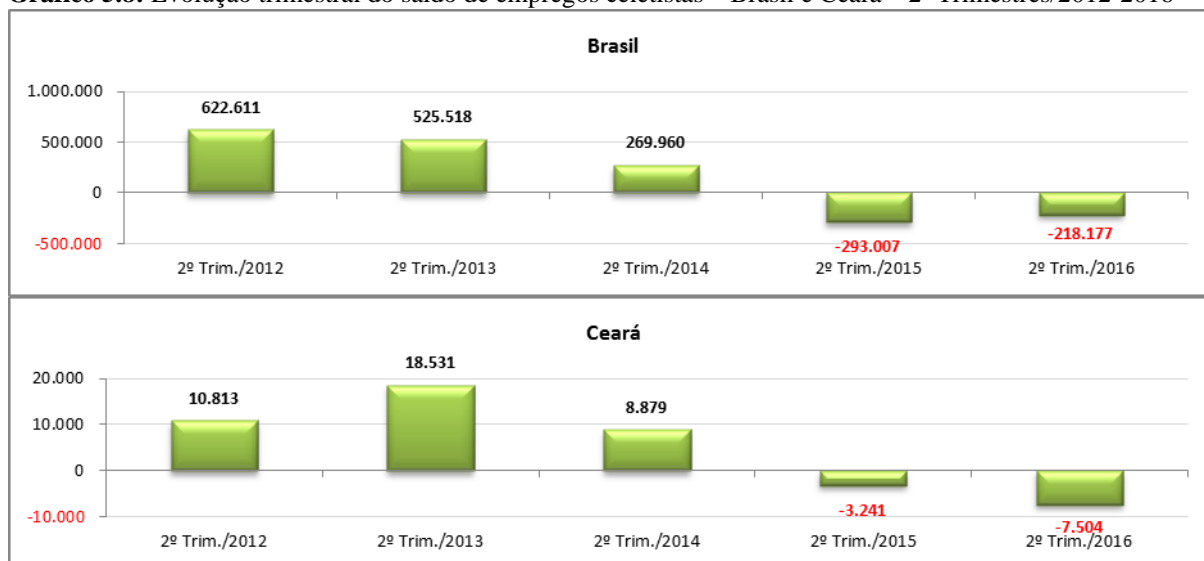
Gráfico 5.7: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – 2º Trimestre/2015 ao 2º Trimestre/2016



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

O Gráfico 5.8 revela a dinâmica da geração e destruição de postos de trabalho com carteira assinada apenas para o segundo trimestre dos últimos cinco anos. Nota-se pela análise dos gráficos que o segundo trimestre tradicionalmente é um período de criação de novos postos de trabalho celetistas. Mas com o advento da intensificação da crise que combinou recessão da produção com elevação dos preços isso acabou influenciando o saldo de empregos tanto no Brasil quanto no Ceará, que passaram a registrar saldos negativos para o referido período. Em particular no estado do Ceará, o fechamento de postos de trabalho no 2º trimestre de 2016 foi mais que o dobro do observado para o mesmo período de 2015, revelando sinais de piora no quadro de recessão da economia local, dado que a variável emprego funciona como um dos principais indicadores ou termômetro do ritmo do desempenho da economia de uma dada região.

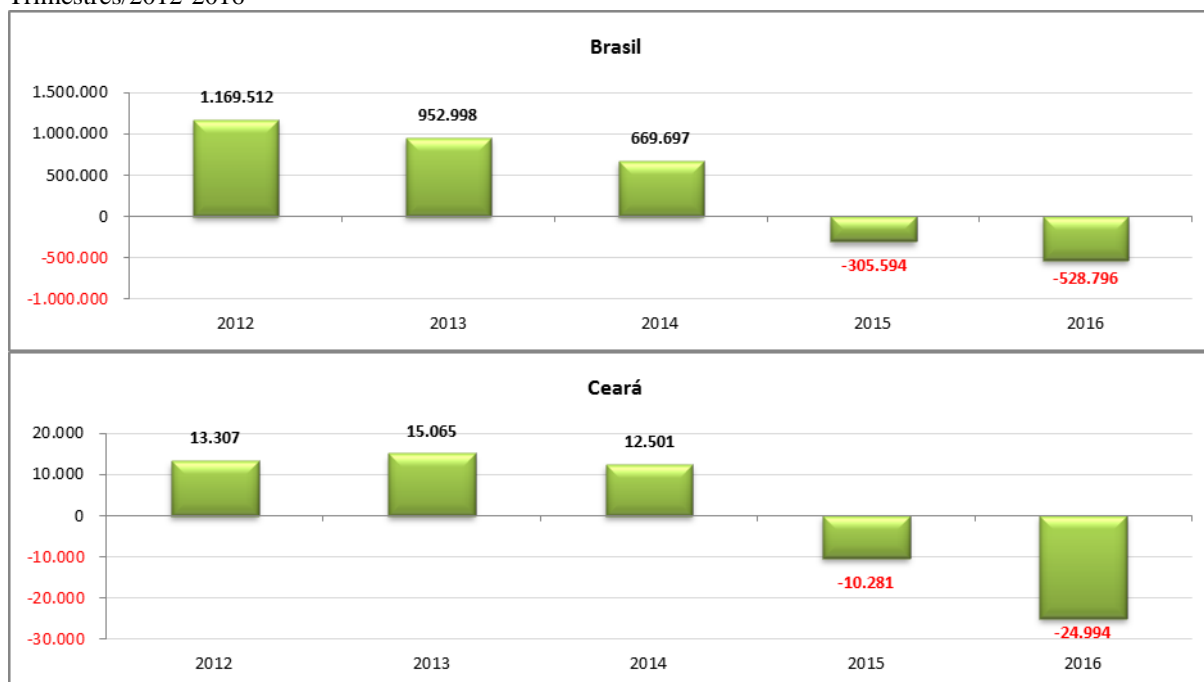
Gráfico 5.8: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – 2º Trimestres/2012-2016



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

Como efeito de duas perdas trimestrais de postos de trabalho, o acumulado do ano até junho registrou no país um fechamento de mais de meio milhão de vagas e no Ceará um fechamento de quase vinte e cinco mil postos de trabalho. (Gráfico 5.9).

Gráfico 5.9: Evolução do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – Acumulado do ano até o 2º Trimestres/2012-2016



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2016.

Análise dos Empregos Celetistas por Atividades

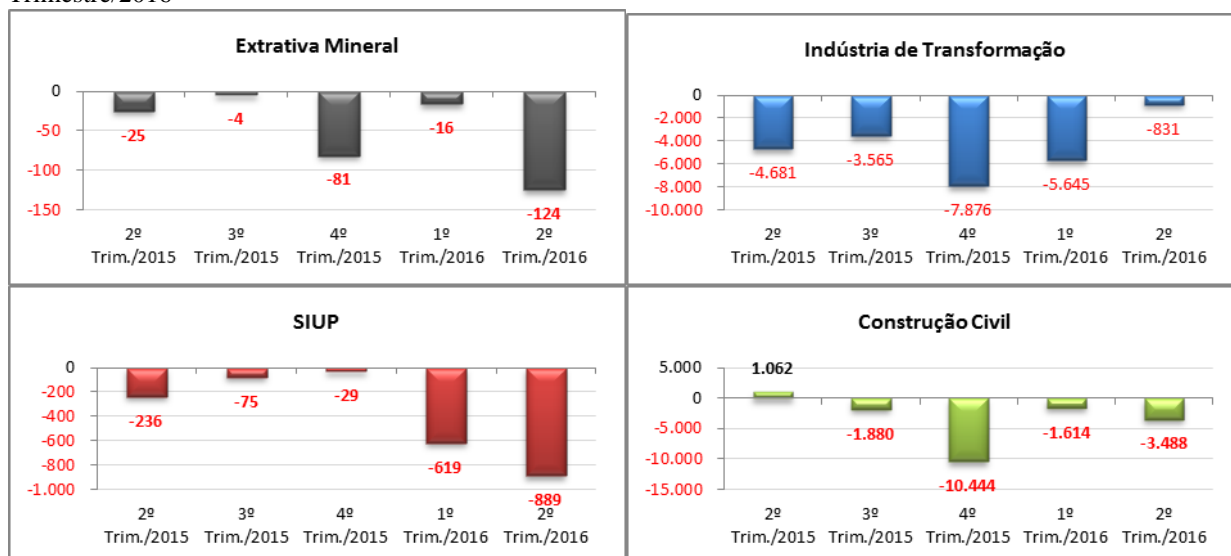
O Gráfico 5.10 mostra a evolução do saldo trimestral de empregos com carteira assinada dos setores para o período compreendido entre o segundo trimestre de 2015 e segundo trimestre de 2016. A indústria extrativa mineral bem como a indústria de transformação e os serviços industriais de utilidade pública apresentaram saldos negativos para todos os trimestres do referido período. Vale ressaltar que a perda de postos de trabalho foi bastante intensa na indústria de transformação, mas com leve desaceleração no segundo trimestre de 2016. A atividade de SIUP apresentou uma notória destruição de vagas no mesmo período.

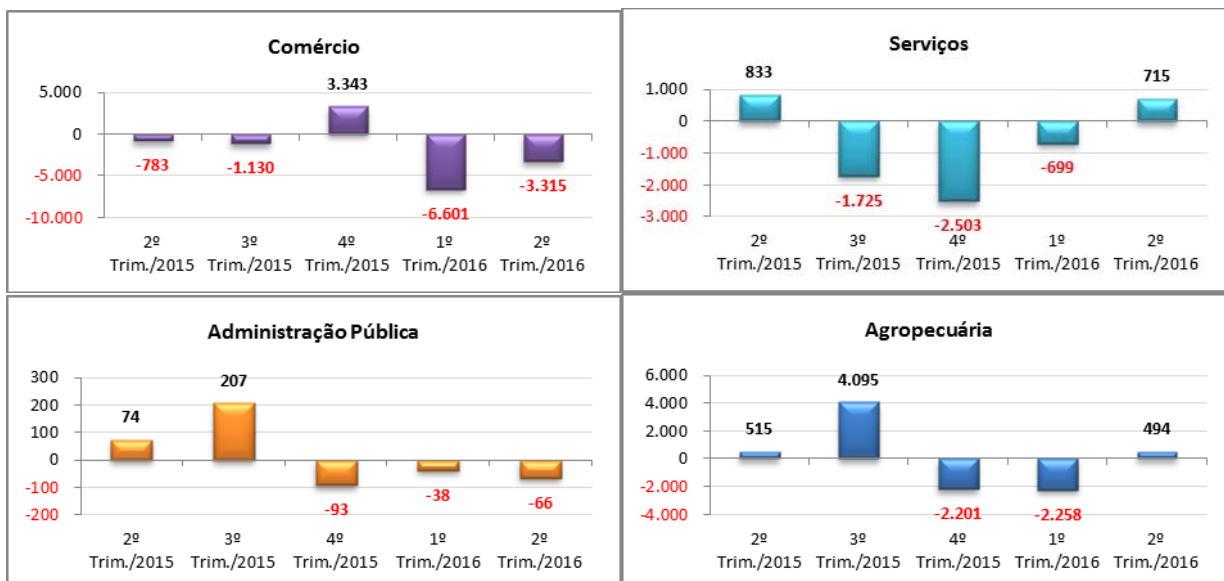
Com relação à construção civil observa-se um nítido comportamento de paralisação do setor com aumento no fechamento de postos de trabalho no segundo semestre de 2016, bem diferente da criação de vagas observada em igual período de 2015.

O comércio registrou o fechamento de quase dez mil postos de trabalho no acumulado dos dois trimestres do ano de 2016, enquanto que o setor serviços apontou para uma recuperação, com abertura de 715 vagas, sendo acompanhado pela geração de vagas também na agropecuária de 494 postos.

Em suma, seis das oito principais atividades da economia cearense contribuíram para o fechamento de postos de trabalho no período em análise, revelando que os efeitos da crise vivenciada nos mesmos setores no país também afetam as mesmas atividades aqui no estado.

Gráfico 5.10: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores –Ceará – 2º Trimestre/2015 ao 2º Trimestre/2016

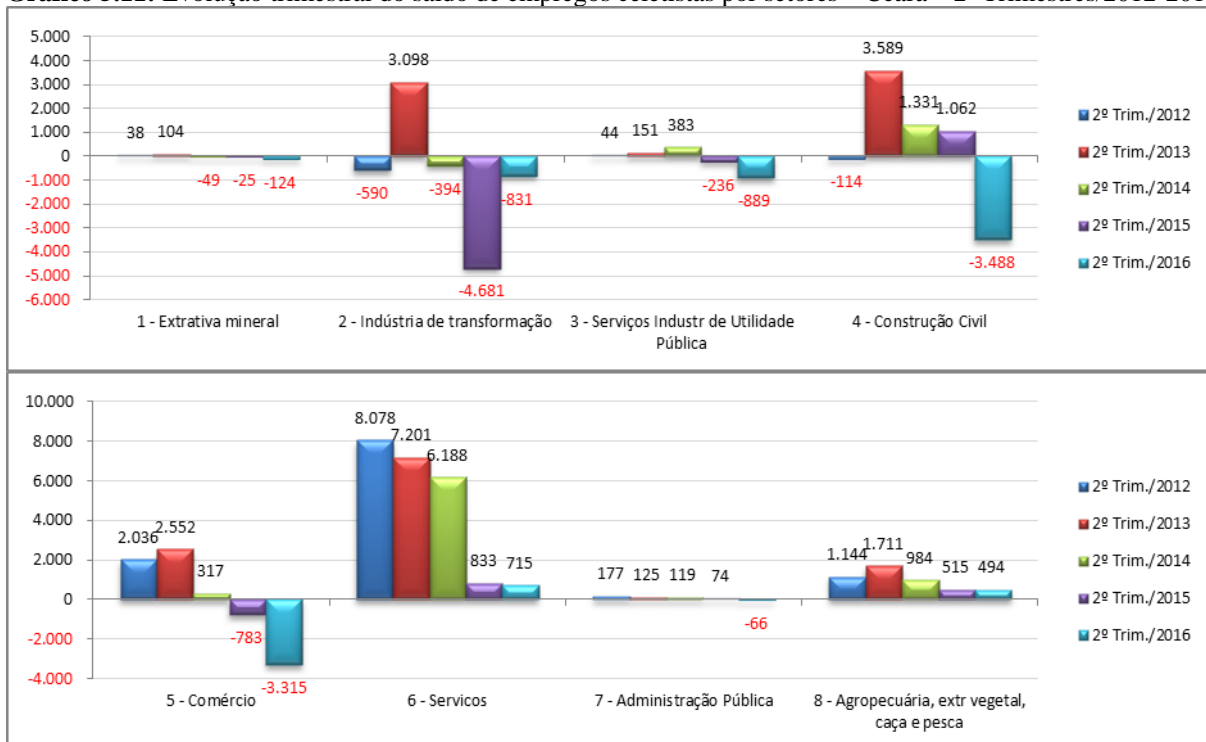




Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2015.

No Gráfico 5.11 abaixo apresenta-se a evolução trimestral do saldo de empregos celetista por setores da economia cearense para o 2º trimestre dos últimos cinco anos. Através desse gráfico é possível comparar o desempenho trimestral do setor por diferentes anos. Chama atenção a forte queda experimentada pelos setores de construção civil e comércio.

Gráfico 5.11: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores – Ceará – 2º Trimestres/2012-2016

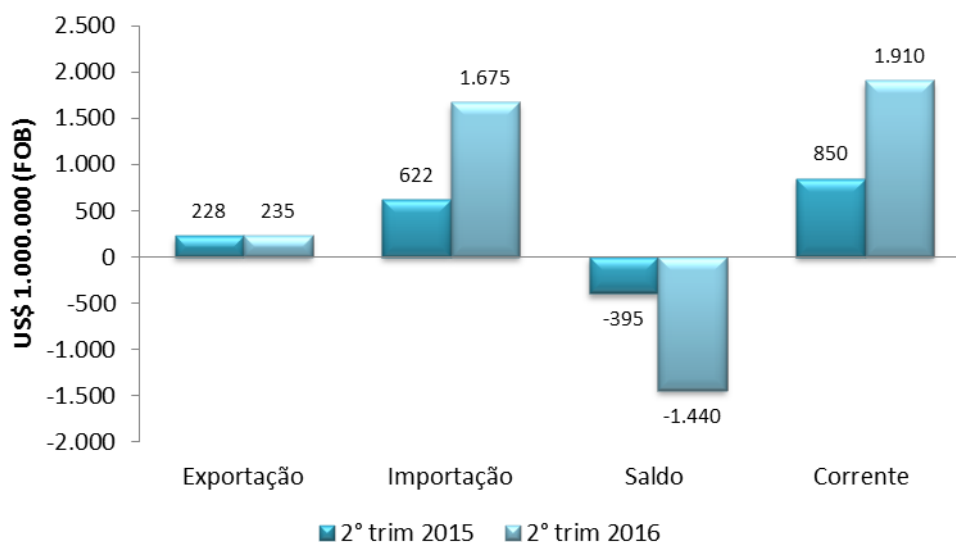


Fonte: CAGED/MTE. Elaboração IPECE. Registros dentro e fora do prazo atualizados em 06/09/2015.

6 COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Ceará no segundo trimestre de 2016 totalizaram US\$ 235 milhões, valor próximo ao verificado no primeiro trimestre do ano que foi de US\$ 237 milhões. Comparado ao segundo trimestre de 2015 registrou-se um crescimento de 3,2%. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 1.675 milhões, valor muito acima do registrado no primeiro trimestre do ano, que foi de US\$ 500 milhões. Comparada ao mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 169%. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou no segundo trimestre do ano um déficit de US\$ 1.440 milhões. Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará no segundo trimestre atingiu o valor de 1.910 milhões (Gráfico 6.1).

Gráfico 6.1: Balança Comercial Cearense (US\$ Milhões – FOB) – 2º Trimestre 2015-2016



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE

No cenário nacional, considerando o primeiro semestre de 2016, o Ceará encontra-se na décima sexta posição dentre os estados exportadores do Brasil, apresentando uma participação de 0,52% do total nacional. Por outro lado, o estado subiu para a décima posição com relação às importações (antes encontrava-se no décimo quinto lugar), participando com 3,3% do total nacional. No cenário regional, o Ceará é o quarto maior exportador, contribuindo com 7,7% do total exportado pelo Nordeste no primeiro semestre de 2016. Já com relação às importações, permaneceu em terceiro lugar do Nordeste, com participação de 23,56%, ficando atrás da Bahia (1º) e Pernambuco (2º).

Exportações

A pauta de exportação cearense no segundo trimestre de 2016 continuou sendo liderada pelas vendas de calçados e suas partes, que representaram 25,48% do total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ 59,8 milhões. Este valor foi inferior ao registrado no primeiro trimestre de 2016 (US\$ 66,79 milhões). Porém, houve um crescimento na exportação desse setor (5,93%), quando comparado ao mesmo período de 2015.

Couros e peles ocuparam o segundo lugar, com valor de aproximadamente US\$ 40,31 milhões e com participação de 17,16% do total da pauta de vendas no segundo trimestre de 2016. No entanto, houve uma queda de 9,67% na venda desse setor comparada ao mesmo período do ano anterior.

Castanha de caju manteve-se no terceiro lugar na pauta. As vendas externas desse produto cresceram 14,39% em relação ao mesmo período de 2015, gerando uma receita de US\$ 26,03 milhões, participando com 11,08% do total exportado pelo Ceará no segundo trimestre do ano.

Destaca-se o crescimento do valor exportado de Máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos, que foi de 52,25%, o crescimento também de Peixes e crustáceos (16,26%), Frutas (39,74%) e Obras de pedra, gesso, cimento e mica (25,79%) (Tabela 6.1).

Tabela 6.1: Principais Produtos Exportados – 2º trimestre – 2015-2016 (US\$ FOB)

Principais Produtos	2º trim. 2015		2º trim. 2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part (%)	US\$ FOB	Part. %	
Calçados e suas partes	56.501.294	24,81	59.851.132	25,48	5,93
Couros e Peles	44.629.751	19,60	40.314.928	17,16	-9,67
Castanha de caju	22.758.007	10,00	26.032.901	11,08	14,39
Preparações alimentícias diversas	20.804.335	9,14	20.484.616	8,72	-1,54
Máquinas, equipamentos, aparelhos e mat. elétricos	11.528.193	5,06	17.552.006	7,47	52,25
Têxteis	13.075.524	5,74	13.960.755	5,94	6,77
Ceras vegetais	15.604.461	6,85	13.500.635	5,75	-13,48
Peixes e crustáceos	8.826.416	3,88	10.261.955	4,37	16,26
Frutas (exceto castanha de caju)	5.247.979	2,30	7.333.538	3,12	39,74
Obras de pedra, gesso, cimento e mica	3.168.961	1,39	3.986.280	1,70	25,79
Demais Produtos	25.546.641	11,22	21.619.787	9,20	-15,37
Ceará	227.691.562	100,00	234.898.533	100,00	3,17

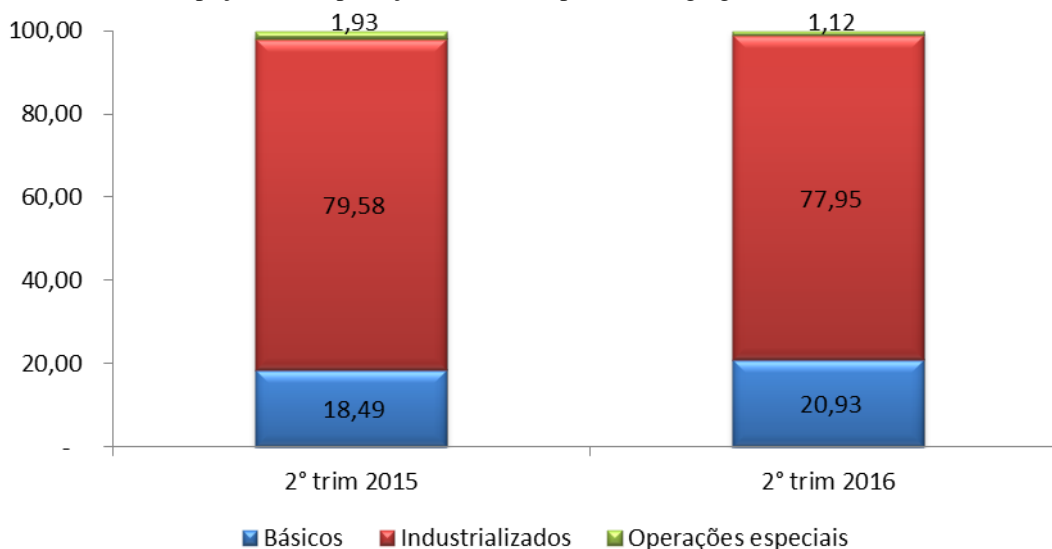
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE

Fator Agregado

No segundo trimestre do ano, a exportação por fator agregado do Ceará foi constituída principalmente por produtos industrializados, como pode ser analisado no Gráfico 6.2. As exportações de produtos industrializados no segundo trimestre de 2016 apresentaram um crescimento de 1,04%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, não obstante tenha apresentado redução na participação, que passou de 79,58% para 77,95%.

Já as exportações de produtos básicos representaram 20,93% do total no segundo trimestre de 2016, e totalizou um valor de US\$ 49,2 milhões, registrando crescimento de 16,8%, quando comparado ao mesmo período de 2015.

Gráfico 6.2: Participação das Exportações Cearenses por Fator Agregado (%) – 2º trimestre 2015-2016



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Destinos

Os três principais destinos que se destacaram por sua representatividade nas exportações cearenses foram os Estados Unidos, Alemanha e Argentina. Os Estados Unidos continuam se destacando como principal país comprador dos produtos cearenses apresentando crescimento de 10,56% e participação de 29,13%, totalizando o valor de US\$ 68,42 milhões. Os principais produtos adquiridos pelos EUA da pauta do estado foram castanha de caju, sucos de frutas, calçados e suas partes, ceras vegetais, granito.

Em segundo lugar vem a Alemanha, com um crescimento de 58,03%, quando comparado ao segundo trimestre do ano anterior, alcançando o valor de US\$ 22,2 milhões exportados, com destaque para as vendas de máquinas e equipamentos e ceras vegetais.

Ocupando o terceiro lugar nas exportações cearenses, a Argentina apresentou um crescimento de 45,24% em suas compras em relação ao mesmo período do ano passado, importando o equivalente a US\$ 20,49 milhões, com destaques para calçados e suas partes e produtos têxteis. É importante apontar a acentuada queda das exportações para os países da Itália (-23,41%) e China (-42,72).

Tabela 6.2: Principais Destinos das Exportações – 2º Trimestre de 2015-2016 (US\$ FOB)

Principais Países	2º trim. 2015		2º trim. 2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	
Estados Unidos	61.888.859	27,18	68.424.174	29,13	10,56
Alemanha	14.050.666	6,17	22.204.388	9,45	58,03
Argentina	14.111.007	6,20	20.494.795	8,72	45,24
Hungria	12.170.937	5,35	15.032.483	6,40	23,51
Países Baixos (Holanda)	8.792.035	3,86	8.391.808	3,57	-4,55
Itália	10.813.136	4,75	8.282.198	3,53	-23,41
China	13.419.894	5,89	7.686.862	3,27	-42,72
Paraguai	6.742.959	2,96	7.590.233	3,23	12,57
Reino Unido	6.087.056	2,67	6.758.418	2,88	11,03
México	6.864.369	3,01	5.681.377	2,42	-17,23
Demais Produtos	72.750.644	31,95	64.351.797	27,40	-11,54
Ceará	227.691.562	100,00	234.898.533	100,00	3,17

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Importações

As importações cearenses registraram crescimento de 169,15% no segundo trimestre de 2016, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos absolutos, o estado importou o equivalente a US\$ 1,675 bilhão no segundo trimestre de 2016. Os produtos de maior relevância na pauta nesse segundo trimestre foram: máquinas e equipamentos, combustíveis minerais e produtos químicos (Tabela 6.3).

O grupo de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos obteve o maior valor de importação no segundo trimestre de 2016, com valor de US\$ 1.399 milhões, representando uma participação de 83,54% do total das importações nesse período, com crescimento de 1.341% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse elevado aumento está relacionado ao funcionamento da Companhia Siderúrgica do Pecem (CSP).

As importações de combustíveis e minerais representaram 4,11% do total importado pelo Ceará no segundo trimestre. Os principais produtos importados desse setor foram gás natural

liquefeito e hulhas betuminosas e outras hulhas. O estado importou menos combustíveis minerais no segundo trimestre de 2016 (queda de 63,94%), em comparação ao mesmo período de 2015.

Os produtos químicos ficaram em terceiro na pauta de importação, participando com 3,14% do total importado no segundo trimestre de 2016. Quando comparado com o mesmo período de 2015, verificou-se crescimento de aproximadamente 17%. É importante ressaltar a redução nas compras externas de trigo (-31,21%), plásticos e suas obras (-15,97%) e produtos metalúrgicos (-87,34%). Vale registrar que as importações de produtos nesses três setores servem para atender à demanda por insumos das indústrias cearenses ligadas a esses setores. Houve redução também das compras cearenses em relação a outras mercadorias, como produtos químicos (-11,75%).

Tabela 6.3: Principais Produtos Importados (US\$ FOB) – 2º Trimestre 2015-2016

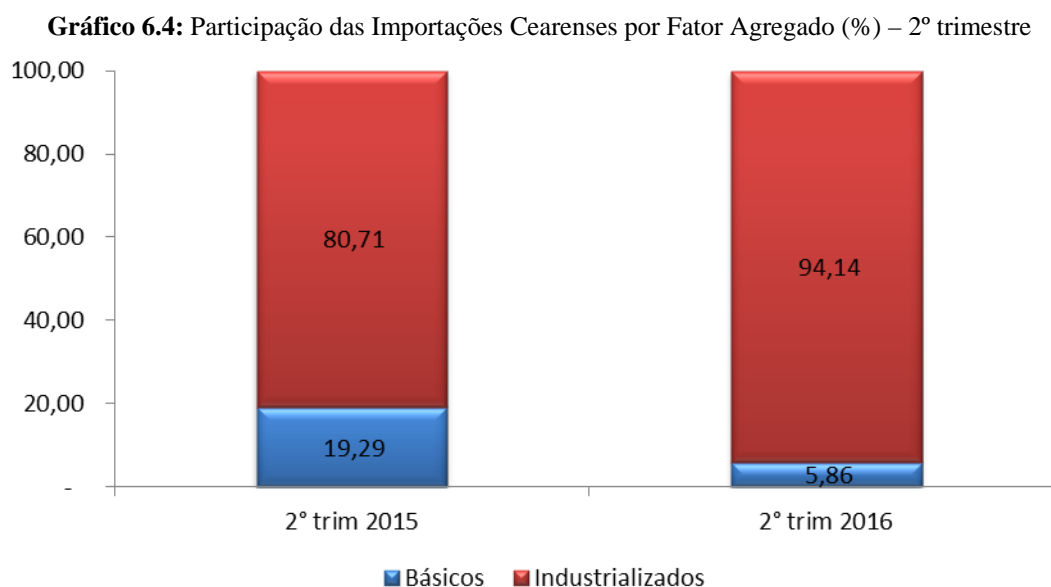
Principais Produtos	2º trim. 2015		2º trim. 2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	
Máquinas, equipamentos, aparelhos e mat. elétricos	97.066.001	15,60	1.399.467.297	83,54	1341,77
Combustíveis Minerais	190.914.110	30,67	68.840.615	4,11	-63,94
Produtos químicos	45.031.247	7,24	52.671.766	3,14	16,97
Trigos e mistura de trigo com centeio	50.141.950	8,06	34.491.747	2,06	-31,21
Têxteis	29.466.931	4,73	30.439.002	1,82	3,30
Plásticos e suas obras	17.353.236	2,79	14.581.957	0,87	-15,97
Produtos metalúrgicos	112.584.753	18,09	14.254.631	0,85	-87,34
Óleos de dendê	9.997.124	1,61	11.065.575	0,66	10,69
Castanha de caju, fresca	8.797.543	1,41	5.936.019	0,35	-32,53
Vidros e suas obras	5.496.903	0,88	4.573.589	0,27	-16,80
Demais Produtos	55.550.759	8,93	38.871.222	2,32	-30,03
Ceará	622.400.557	100,00	1.675.193.420	100,00	169,15

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Fator Agregado

Com relação à importação por fator agregado, observou-se que no período analisado a pauta importadora do estado foi composta, principalmente, por produtos industrializados (Gráfico 6.4). De fato, os produtos industrializados representaram 94,14% das importações cearenses no segundo trimestre de 2016, aumentando em termos de participação em relação ao mesmo período do ano anterior (80,71%). Dessa forma, houve crescimento de 214% nas compras desse segmento em relação ao segundo trimestre de 2015.

Já as importações de produtos básicos representaram 5,86% no segundo trimestre de 2016, diminuindo em termos de participação em comparação ao mesmo período de 2015, e com queda de 18,26% nas importações nesse período.



Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Origens

No segundo trimestre de 2016 o Ceará importou da Coreia do Sul o montante de 1,02 bilhão, o que representou mais de 60% da pauta. Desse país veio principalmente produtos da seção máquinas e equipamentos. Vale ressaltar que esse comportamento das compras externas cearenses, até esse momento, é atípico, estando relacionado com o começo do funcionamento da CSP.

As importações da China no segundo trimestre de 2016 foram da ordem de US\$ 186,9 milhões, apresentando aumento de 6,27% em relação ao mesmo período de 2015, majoritariamente pela importação de máquinas e equipamentos e produtos metalúrgicos.

As importações oriundas da Alemanha também apresentaram um notório crescimento (420,9%), quando comparadas com o segundo trimestre de 2015, com participação de 8,93% do total da pauta cearense, principalmente em razão do forno industrial para fusão de metais.

Destaque também para a Espanha, Estados Unidos, Reino Unido, Índia e Austrália, que juntos venderam para o Ceará o equivalente a US\$ 159 milhões. Dentre esses países, Reino Unido (862,2%) e Áustria (183,13%) foram os que mais ampliaram suas vendas para o estado

(Tabela 6.4). Foram adquiridos desses dois países, principalmente, gás natural, produtos químicos e máquinas e equipamentos.

Tabela 6.4: Principais Origens dos Produtos Importados (US\$ FOB) – 2º Trimestre -2015-2016

Principais Países	2015		2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part. %	US\$ FOB	Part. %	
Coreia do Sul	18.396.335	2,96	1.020.968.042	60,95	5.449,84
China	175.873.424	28,26	186.895.773	11,16	6,27
Alemanha	28.720.714	4,61	149.595.946	8,93	420,86
Espanha	48.426.548	7,78	73.157.122	4,37	51,07
Estados Unidos	35.870.550	5,76	48.439.893	2,89	35,04
Colômbia	63.834.382	10,26	36.167.256	2,16	-43,34
Argentina	54.685.922	8,79	27.429.380	1,64	-49,84
Reino Unido	1.590.234	0,26	15.301.302	0,91	862,20
Índia	4.390.682	0,71	11.191.896	0,67	154,90
Áustria	3.844.947	0,62	10.886.253	0,65	183,13
Demais Produtos	186.766.819	30,01	95.160.557	5,68	-49,05
Ceará	622.400.557	100,00	1.675.193.420	100,00	169,15

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

7 FINANÇAS PÚBLICAS

Como pode ser observado na Tabela 7.1, as “Receitas Totais” do Governo do Ceará, no segundo trimestre de 2016, apresentaram queda de 2,7%, relativamente a idêntico período do ano anterior. As “Receitas de Capitais” caíram 23,2%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, destaque-se que esse comportamento foi influenciado pela significativa redução da rubrica “Operações de Crédito”. Já no acumulado do ano é possível observar que houve um pequeno incremento, de 0,3%, nas “Receitas Totais” do Governo cearense, sendo o destaque negativo a queda de 0,8% das “Receitas Correntes” do estado até o final do segundo trimestre de 2016.

Tabela 7.1: Receitas do Governo Estadual no Segundo trimestre de 2015 e 2016 (R\$1.000,00 de 2º trim. 2016)

Descrição	2º trim.					Acumulado				
	2015		2016		Var (%)	2015		2016		Var (%)
	R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%	
Receitas correntes	5,111,040	86.7	5,020,978	87.6	-1.8	10,368,467	89.7	10,281,366	88.7	-0.8
Receita tributária	2,726,570	46.3	2,790,443	48.7	2.3	5,678,893	49.2	5,713,948	49.3	0.6
Transferências correntes	1,994,634	33.8	1,831,238	31.9	-8.2	4,014,996	34.8	3,698,945	31.9	-7.9
Outras receitas correntes	389,836	6.6	399,297	7.0	2.4	674,579	5.8	868,472	7.5	28.7
Receitas de capital	547,065	9.3	420,403	7.3	-23.2	779,443	6.7	798,846	6.9	2.5
Operações de crédito	419,678	7.1	278,801	4.9	-33.6	569,592	4.9	555,845	4.8	-2.4
Outras receitas de capital	127,387	2.2	141,602	2.5	11.2	209,852	1.8	243,001	2.1	15.8
Receitas intraorçamentárias	236,834	4.0	293,128	5.1	23.8	405,056	3.5	505,152	4.4	24.7
Total geral	5,894,939	100.0	5,734,509	100.0	-2.7	11,552,967	100.0	11,585,364	100.0	0.3
Receita corrente líquida	4,245,351	72.0	4,401,470	76.8	3.7	8,516,891	73.7	8,699,584	75.1	2.1

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Obs.: Corrigido pela média do IPCA do segundo trimestre.

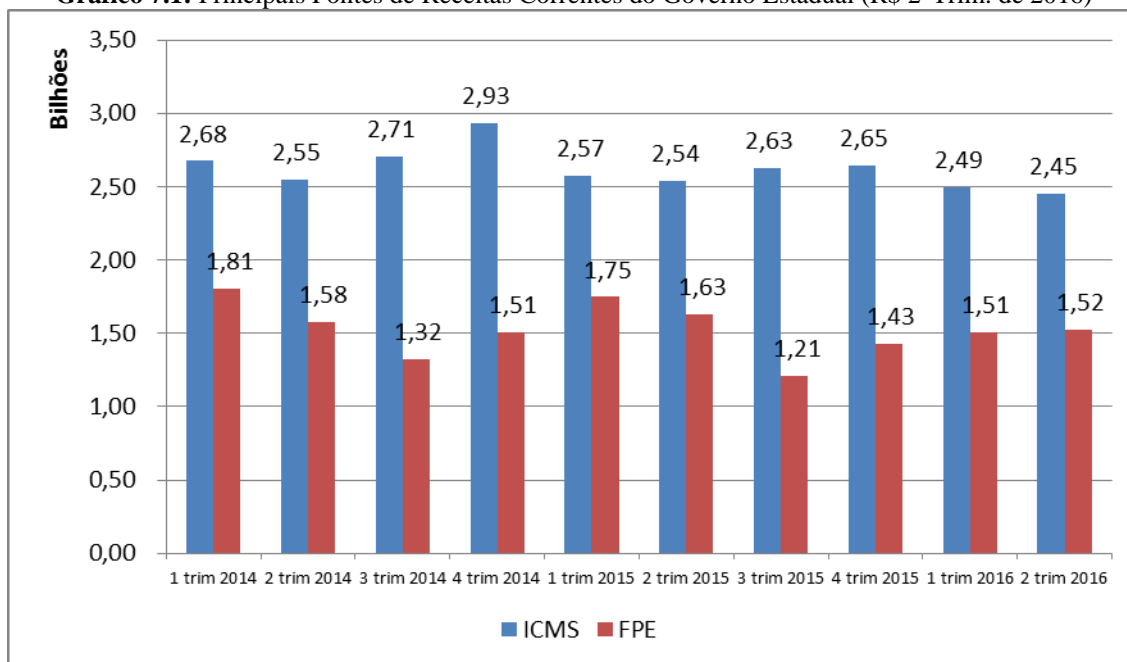
As “Receitas Correntes” decresceram 1,8% no segundo trimestre de 2016, com as receitas de “Transferências Correntes” caindo 8,2% e as “Receitas Tributárias” crescendo 2,3%. Já no acumulado do ano, constata-se que as “Receitas Tributárias” cresceram 0,6% e as de “Transferências Correntes” decresceram 7,9%. Nesse sentido, é possível afirmar que o fraco desempenho do Governo Federal, na arrecadação tributária de 2016, tem afetado negativamente as finanças públicas do Estado do Ceará, dado o menor volume de receitas transferidas para o Estado. Outro destaque foi o significativo crescimento (28,7%), no acumulado de 2016, da rubrica “Outras Receitas Correntes”, sendo uma explicação para esse fato o uso de depósitos judiciais, fato constatado ainda no primeiro trimestre de 2016.

Já as “Receitas Correntes Líquidas”, que é um importante indicador das finanças públicas de um estado, apresentaram, crescimento de 3,7% no segundo trimestre de 2016 e de 2,1%, no

acumulado do ano. Esse comportamento das “Receitas Correntes Líquidas”, no ano de 2016, revela uma importante reversão, comparativamente a 2015, quando registrou uma queda de 3,4%, no ano.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão as receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores e comportamento são apresentados no Gráfico 7.1. Nesse sentido, é possível constatar que as receitas de ICMS caíram no segundo trimestre de 2016, tanto no comparativo com o trimestre anterior como no comparativo do mesmo trimestre de 2015. Já as receitas do FPE caíram, com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e ficaram pouco acima do verificado no trimestre imediatamente anterior.

Gráfico 7.1: Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual (R\$ 2ºTrim. de 2016)



Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Portanto, relativamente às receitas do Governo cearense, observa-se que o Estado destaca-se no cenário nacional, pela boa condução de sua política fiscal, que vem proporcionando constantes melhorias na estrutura de arrecadação estadual e, adicionalmente, o controle mais efetivo das contas estaduais.

Observando-se o comportamento das despesas do Governo Estadual, é possível constatar, na Tabela 7.2, que as “Despesas Correntes” apresentaram um crescimento de 2,9%, quando se compara o segundo trimestre de 2016 com idêntico período de 2015, observando-se que as

despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” tiveram um pequeno incremento entre os dois períodos. Já no acumulado do ano houve um aumento de 0,7% nas “Despesas Correntes” e uma redução de 1,7% nas despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”. Uma possível explicação para queda da “Despesa com Pessoal” foi o fato de não ter havido a revisão salarial dos servidores públicos do Estado no ano de 2016.

Tabela 7.2: Despesas do Governo Estadual no Segundo trimestre de 2015 e 2016 – (R\$1.000,00 de 2º trim. 2016)

Descrição	2º Trim					Acumulado				
	2015		2016		Var (%)	2015		2016		Var (%)
	R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%	
Despesas correntes	4,811,862	82.9	4,949,315	84.1	2.9	9,176,847	86.3	9,236,801	86.4	0.7
Pessoal e encargos sociais	2,563,332	44.2	2,583,166	43.9	0.8	5,073,025	47.7	4,985,493	46.6	-1.7
Juros e encargos da dívida	112,922	1.9	116,003	2.0	2.7	221,903	2.1	234,672	2.2	5.8
Outras despesas correntes	2,135,608	36.8	2,250,146	38.2	5.4	3,881,919	36.5	4,016,635	37.6	3.5
Despesas de capital	991,396	17.1	938,472	15.9	-5.3	1,453,677	13.7	1,452,350	13.6	-0.1
Investimentos	741,804	12.8	661,837	11.2	-10.8	1,054,389	9.9	917,155	8.6	13.0
Amortizações	206,547	3.6	222,145	3.8	7.6	347,585	3.3	442,291	4.1	27.2
Inversões financeiras	43,045	0.7	54,491	0.9	26.6	51,703	0.5	92,903	0.9	79.7
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral	5,803,257	100.0	5,887,787	100.0	1.5	10,630,524	100.0	10,689,150	100.0	0.6

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Obs.: Corrigido pela média do IPCA do segundo trimestre.

Já o pagamento de “Juros e Encargos da Dívida” avançaram 2,7%, no segundo trimestre de 2016, e 5,8%, no acumulado do ano. As “Despesas de Capital” caíram, entre os dois períodos em análise (-5,3%), destacando-se a queda de 10,8% nos “Investimentos” do Governo Estadual. No acumulado de 2015 as “Despesas de Capital” apresentaram-se em níveis similares às de 2016, havendo uma redução de 13,0% nos investimentos e crescimento de 27,2% das amortizações.

Do exposto acima observa-se que a “Receita Corrente Líquida” do governo cearense reverteu a tendência de queda do ano de 2015. Nesse sentido é possível supor que, se for confirmado o cenário de reversão da crise econômica nacional, nos próximos meses, o pior momento para as contas do governo cearense já foi superado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estimativa de crescimento da economia mundial para o ano de 2016 é de, aproximadamente, 3,2%, taxa próxima à registrada para o ano de 2015, cujo crescimento foi de 3,1%, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do *World Economic Outlook Update* de abril de 2016. Essa estimativa vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China.

A queda de 0,6% neste segundo trimestre de 2016 representa a sexta consecutiva do PIB trimestral nacional. Ademais, não obstante a leve alta de 0,1% no quarto trimestre de 2014, desde o segundo trimestre daquele ano o PIB nacional tem apresentado uma série de quedas sucessivas. Na verdade, as retrações sucessivas no segundo e terceiro trimestres do ano de 2014 já apontavam recessão técnica.

Por sua vez, no segundo trimestre de 2016, com relação ao mesmo período de 2015, a economia cearense registrou recuo de 4,65%, apresentando novamente um desempenho negativo como registrado no segundo trimestre de 2015, com relação ao mesmo período de 2014, quando foi verificada uma queda de 5,69%. No primeiro semestre de 2016, observa-se uma queda de 5,08%.

Sob a ótica dos grandes setores, o agropecuário cearense está sofrendo drasticamente com o quinto ano consecutivo de seca, agravando ainda mais a situação hídrica. De fato, as chuvas do primeiro semestre de 2016 não foram suficientes para melhorar a capacidade dos reservatórios. As bacias hidrográficas cearenses, até o final do primeiro semestre de 2016, estava com apenas 9,84% de nível de água.

As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE para a produção de grãos no Ceará indicam uma queda de 6,35% em 2016, comparado a produção obtida em 2015. Destaque para a redução na produção das culturas de arroz, que foi de -24,14%, feijão (-9,9%) e milho (-0,76%). Vale lembrar que a produção de grãos do Ceará do ano de 2015 já foi uma das menores nos últimos anos.

Adicionalmente, há preocupação entre os produtores de fruta do Ceará para a produção do segundo semestre do ano, já que a falta de água vem comprometendo a produção também dos

polos irrigados. Com relação às quatro atividades de produção animal, apenas a produção de ovos apresentou estimativa positiva para o ano de 2016, com crescimento de apenas 0,29%.

A indústria de transformação cearense voltou a registrar resultados negativos no segundo trimestre de 2016. Entre os meses de abril a junho, a atividade apresentou uma retração de 2,1%, alcançando o nono trimestre seguido de redução na produção, em um movimento que se repete desde os meses iniciais de 2014.

Por outro lado, a performance do segundo trimestre de 2016 indica uma diminuição no ritmo de queda da atividade industrial no estado. Na verdade, esse comportamento pode ser percebido desde os meses finais do ano anterior e, embora seja encarado como algo positivo, ainda não foi suficiente para recolocar o desempenho da indústria em terreno positivo. No segundo trimestre do ano, seis, entre as onze atividades pesquisadas apresentaram redução na produção, um quadro diferente do trimestre anterior, quando nove atividades diminuíram a quantidade produzida.

Dados da PMC, divulgados pelo IBGE, revelam que o varejo nacional registrou queda de 7,1% e o varejo cearense queda de 7,4% no segundo trimestre do ano de 2016, o que sinaliza uma nítida piora dos resultados das vendas locais, principalmente quando comparado aos trimestres anteriores. Já o varejo ampliado apresentou um desempenho ainda pior com queda de 12,5% para o Ceará e 9,3% para o Brasil no mesmo período.

No varejo cearense as principais quedas foram observadas nas vendas de eletrodomésticos; material de construção; veículos, motocicletas, partes e peças; livros, jornais, revistas e papelaria; outros artigos de uso pessoal e doméstico; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, todos com quedas de dois dígitos. O grupo dos eletrodomésticos, por exemplo, teve um desempenho negativo de 30,97%, seguido de outra queda já observada em igual trimestre de 2015 (-10,99%).

A taxa de desemprego, medida pela taxa de desocupação, começa a apresentar uma tendência crescente a partir do quarto trimestre de 2014, dois trimestres após o Brasil entrar em recessão técnica. Por sua vez, o ano de 2015 revela a escalada da taxa de desemprego. No Nordeste, o desemprego registrado no segundo trimestre do ano de 2015 atingiu o patamar de 10,3%, enquanto no segundo trimestre deste ano alcançou 13,2%. O estado do Ceará, bem como o

Brasil, também continuam com uma tendência crescente do desemprego. Nesse primeiro trimestre de 2016 as taxas registradas foram de 11,5% e 11,3%, respectivamente.

Quanto aos empregos formais, no primeiro trimestre o Ceará havia fechado 17.490 vagas, saldo bastante influenciado por fatores sazonais; já no segundo semestre o fechamento de vagas foi de 7.504. É importante destacar que o segundo trimestre é tradicionalmente um período de criação de novos postos de trabalho celetistas, mas neste ano, ocorreu fechamento de postos de trabalho mais do que o dobro do observado para o mesmo período de 2015.

Adicionalmente, como efeito de duas perdas trimestrais de postos de trabalho, o acumulado no primeiro semestre de 2016 registrou no país um fechamento de mais de meio milhão de vagas e no Ceará um fechamento de quase vinte e cinco mil postos de trabalho, com destaque para a indústria de transformação. Já o comércio registrou um fechamento de quase dez mil postos de trabalho no acumulado dos dois trimestres de 2016, enquanto que o setor serviços apontou para uma leve recuperação, com a abertura de 715 vagas.

As exportações do Ceará no segundo trimestre de 2016 totalizaram US\$ 235 milhões, valor próximo ao verificado no primeiro trimestre do ano que foi de US\$ 237 milhões. Comparado ao segundo trimestre de 2015 registrou-se um crescimento de 3,2%. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 1.675 milhões, valor muito acima do registrado no primeiro trimestre do ano, que foi de US\$ 500 milhões. Comparada ao mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de 169%. Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou, no segundo trimestre do ano, um déficit de US\$ 1.440 milhões. Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará no segundo trimestre atingiu o valor de 1.910 milhões.

O grupo de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos obteve o maior valor de importação no segundo trimestre de 2016, com valor de US\$ 1.399 milhões, representando uma participação de 83,54% do total das importações nesse período, com crescimento de 1.341% em relação ao mesmo período do ano passado. Esse elevado aumento está relacionado ao funcionamento da Companhia Siderúrgica do Pecem (CSP), que gerou um volume significativo de importações da Coreia do Sul, cujo montante atingiu a cifra de R\$ 1,02 bilhão, correspondendo a mais de 60% da pauta. Desse país veio principalmente produtos da seção máquinas e equipamentos. Vale ressaltar que esse comportamento das compras externas

cearenses, até esse momento, é atípico, estando relacionado com o começo do funcionamento da CSP.

As importações oriundas da Alemanha também apresentaram um notório crescimento (420,9%), quando comparadas com o segundo trimestre de 2015, com participação de 8,93% do total da pauta cearense, principalmente em razão do forno industrial para fusão de metais. As “Receitas Totais” do Governo do Ceará, no segundo trimestre de 2016, apresentaram queda de 2,7% quando comparadas a idêntico período do ano anterior. As “Receitas Correntes” decresceram 1,8%, no segundo trimestre de 2016, com as receitas de “Transferências Correntes” caindo 8,2% e as “Receitas Tributárias” crescendo 2,3%. Nesse contexto, é possível afirmar que o fraco desempenho do Governo Federal, na arrecadação tributária de 2016, têm afetado negativamente as finanças públicas do Estado do Ceará, dado o menor volume de receitas transferidas para o Estado.

As “Despesas Correntes”, por sua vez, apresentaram um crescimento de 2,9%, quando se compara o segundo trimestre de 2016 com idêntico período de 2015, observando-se que as despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” tiveram um pequeno incremento entre os dois períodos. Já o pagamento de “Juros e Encargos da Dívida” avançaram 2,7%, no segundo trimestre de 2016, e 5,8%, no acumulado do ano. As “Despesas de Capital” caíram 5,3% entre os dois períodos em análise.

9 ARTIGO DE OPINIÃO²

Breves Reflexões Para a Maior Efetividade das Políticas de Combate à Pobreza no Ceará

Cláudio André Gondim – Analista de Políticas do IPECE

Com a expansão da difusão das informações e uma melhor percepção dos seus direitos, os cidadãos passaram, nos últimos anos, a pressionar para que os governos realizem intervenções e implementem políticas cada vez mais efetivas, que tenham o poder de transformar as suas realidades de forma contundente e duradoura, de forma que seus anseios e aspirações sejam plenamente atendidos.

Nesse contexto, uma das questões que mais tem chamado atenção dos governantes é a pobreza. Considerando a visão mais objetiva desse problema, a falta de renda e de patrimônio para satisfazer as necessidades mais básicas de um indivíduo pode limitar a sua inclusão plena na sociedade e, em certos casos, levá-lo a viver em condições bastante adversas e indignas, sofrendo privações extremas.

No Ceará, apesar dos avanços verificados recentemente, decorrentes (dentre outros fatores) das políticas públicas implementadas em todas as esferas de governo, a pobreza ainda persiste, conforme indica o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013. Mais especificamente, os dados sugerem que há um “núcleo duro” da pobreza que é menos sensível às políticas públicas que têm sido propostas e implementadas até o momento, fazendo-se necessário um esforço de aperfeiçoamento das mesmas para que resultados mais expressivos e consistentes sejam alcançados.

Recentemente, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) lançou dois textos para discussão (TDs nº 116 e 118) sobre essa relevante questão, oferecendo direcionamentos para que as políticas públicas da área possam atingir maiores níveis de efetividade. Os dois estudos apresentam pontos básicos em comum, sendo os principais os seguintes: (a) utilizam como base teórica o chamado “Triângulo Pobreza-Crescimento-Desigualdade”, proposto pelo economista François Bourguignon e validado por vários autores, em que a redução da pobreza estaria diretamente ligada ao crescimento econômico e à melhoria da distribuição de renda; e (b) possuem um foco geográfico específico, considerando os dados ao nível municipal.

Em termos metodológicos, fazendo-se uso de um modelo econométrico decorrente da análise de Bourguignon, são estimadas para os municípios cearenses elasticidades da pobreza

² As ideias colocadas neste tópico refletem exclusivamente a visão do autor, não sendo, portanto, a posição oficial do IPECE.

em relação ao crescimento econômico (ou da renda) e em relação à desigualdade para o ano de 2010. Essas elasticidades são fundamentais para se verificar a sensibilidade da pobreza diante de variações da renda média e da desigualdade dos municípios e, portanto, podem ser consideradas medidas de efetividade potencial das políticas. No caso, numa perspectiva de longo prazo, quanto mais sensível for a proporção de pobres a um crescimento da renda ou a uma redução da desigualdade, mais efetivas tendem a ser as intervenções efetuadas.

O objetivo deste breve artigo de opinião é, portanto, expor as principais conclusões específicas de cada estudo para, em seguida, efetuar uma análise comparativa para identificar aspectos comuns que merecem destaque.

No caso do primeiro estudo citado (Texto para Discussão nº 116), adotou-se como referência a linha da extrema pobreza (equivalente a R\$ 70 em agosto de 2010), comparando-se a população total e a população infantil (0-14 anos) em termos das referidas elasticidades. A principal conclusão obtida foi que a extrema pobreza infantil é menos sensível a sofrer reduções, a partir de diminuições na desigualdade de renda e de aumentos na renda média dos municípios cearenses, do que a extrema pobreza total, evidenciando uma maior persistência da extrema pobreza infantil.

Já o outro estudo (Texto para Discussão nº 118), utilizou a linha de pobreza de R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O seu principal resultado foi a identificação de um *trade-off* entre efetividade e equidade no combate à pobreza nos municípios cearenses, pois, foi identificado um grupo de municípios em que a sensibilidade das políticas é muito baixa, sendo que estes são os que, em geral, apresentam as piores situações relativas em termos da proporção de pobres e da desigualdade. Assim, se esses municípios forem priorizados nas intervenções, há que se considerar a baixa efetividade potencial das mesmas. Por outro lado, se for privilegiada a efetividade potencial, tenderão a ser privilegiados os municípios que possuem as melhores condições e as disparidades entre essas localidades tenderão a aumentar.

Assim, além dessas conclusões principais, existiriam outros aspectos importantes que decorrem de uma análise comparativa dos referidos artigos e que têm o potencial para sugerir direcionamentos para as políticas de combate à pobreza no Ceará?

Primeiramente, deve-se destacar a questão geográfica, sendo necessário considerar as particularidades e potencialidades de cada município para se buscar mais efetividade em decorrência das políticas adotadas. Desta forma, argumenta-se que as intervenções não podem ser genéricas. Mais especificamente, conhecendo-se as características de cada local seria *a priori* possível atacar com mais propriedade e de forma mais direcionada os problemas

vividos por cada comunidade, escolhendo as alternativas com maior potencial de gerar os resultados esperados. Isso envolve, certamente, um relevante esforço para aprimorar a gestão dos programas e projetos, assim como uma capacidade de adequação de suas iniciativas às realidades encontradas.

Um segundo aspecto está ligado ao foco das intervenções. No caso, ao serem comparados os dois estudos, verifica-se que as elasticidades tendem a ser consideravelmente maiores quando a linha que caracteriza a extrema pobreza é utilizada em comparação com uma linha mais ampla. A principal implicação desse resultado é que, com uma linha de pobreza muito elevada, expande-se o número de potenciais beneficiários, o que acaba dificultando a obtenção de resultados mais expressivos para as políticas adotadas devido à perda de foco e à pulverização dos recursos e iniciativas.

Desta forma, além de geograficamente identificar os potenciais beneficiários e suas respectivas necessidades, a análise efetuada sinaliza que os tomadores de decisão devem considerar com maior ênfase como as intervenções devem se dar, definindo especificamente quem de fato deverá fazer parte da população-alvo das mesmas. Mais uma vez, tem-se um dilema a considerar, pois, se por um lado o maior foco implica em maiores níveis de efetividade, por outro, muitos dos que atualmente são assistidos pelas políticas deixariam de ser.

Assim, os referidos estudos corroboram a ideia de que o problema da pobreza é, de fato, bastante complexo e requer esforços no sentido de melhor direcionar e focalizar as ações adotadas no âmbito das políticas públicas. Esse esforço não é trivial, requerendo avanços gerenciais e institucionais importantes, inclusive no sentido de compatibilizar as políticas estaduais (e federais) com as municipais, proporcionando os incentivos adequados para que o combate à pobreza seja mais bem coordenado nas diversas esferas da gestão pública.